

**Presidente da Mesa:** Boa noite. Vamos dar início à nossa reunião, com o período de intervenção do público. Pedia, como habitualmente, que sinalizassem, para já, quantas intervenções temos, e depois, quando iniciassem a intervenção, dissessem o nome, dado que estamos a gravar e facilita a gravação.

Aparentemente, temos apenas uma inscrição. Faça favor.

**Vítor Fino (Elemento do público):** Boa noite. Chamo-me Vítor Fino, e moro em Caselas.

Gostava de pedir ao Sr. Presidente alguma tolerância, porque tenho aqui alguns assuntos recorrentes.

Bom, a questão é a seguinte: a primeira é uma situação que já enumerei algumas vezes (pelo menos duas): a Rua da Cruz a Caselas começa na Rua Sam Levy, e só tem um sentido único (só se pode subir, não se pode descer); desde a outra entrada de Caselas até à Rua Sam Levy, é sentido proibido. Falta um sinal, no entanto, na Rua Padre Luís Fróis, que cruza com a Rua Olga Morais Sarmento – portanto, quem sobe a Rua da Cruz a Caselas – e pode-se virar à esquerda; pode-se porque não está lá o sinal de proibição. Portanto, a rua inicia-se na Rua Sam Levy, e só se pode subir; descer, desde a outra entrada de Caselas, pela Rua da Igreja até à Rua Sam Levy, não se pode descer, porque desapareceu de lá o sinal. Há pessoas que voltam à esquerda, e que descem naquela parte da rua, na Rua da Cruz a Caselas. Se houver lá um acidente, se me pedirem para testemunhar, eu digo que já avisei duas ou três vezes a Junta. Portanto, desde já, falta lá o sinal; se não o quiserem lá pôr, eu testemunharei, no futuro, a favor das pessoas que sejam envolvidas nisso.

Agora, queria falar de outras coisas, porque queria perguntar ao Executivo da Junta – porque, na verdade, não vejo nada daquilo que eu questioneei da última vez que aqui estive, feito, nada; em rigor, nada, zero. Portanto, os herbicidas – por sorte agora não tem chovido, e apesar de as ervas crescerem, ainda não estão ao nível da cintura de um homem, e portanto, ainda são toleráveis. O ácido, o tratamento adequado não foi feito, da última Assembleia de Freguesia para cá. Não sei por quê, não sei se não há dinheiro, se foi todo para o Banif, se foi para outros sítios, na verdade não sei.

Depois, também queria falar da tampa das caixas das fibras óticas das empresas de telecomunicações, que foram instaladas na Rua Padre Reis Lima. Cada vez a tampa das caixas está mais descarnada. Certamente, um dia destes vai haver ali qualquer problema, porque não se fez nada. Na verdade, aquilo está ali há oito, ou cerca de oito meses, de certeza, e a sorte é que não tem chovido muito, porque com o passar dos autocarros – mas não foi feito nada.

Depois, queria também falar das passadeiras, que não foi repintada nenhuma; desde a última vez que estive aqui a falar, como se pode ver na ata, até hoje nada foi feito.

Portanto, em relação às linhas aéreas, gostava de saber também o que é que o Executivo da Junta fez para contactar as empresas, para enterrar aquelas linhas aéreas, porque, de facto, aquilo – como eu disse na última vez – é próprio de um país de terceiro mundo, e está tudo lá na mesma, e não sei quando é que vai ser diferente.

Queria também falar noutra questão: este ano, não sei por quê, mas da paupérrima iluminação de natal, pelo que estou a ver, este ano não houve... é paupérrima, é pobrezinha, tal e tal, não é certamente a que a Junta pode, porque essa seria bem melhor, mas é pelo menos aquela que está montada. De maneira que não sei se é um local de eleição, Caselas, para não ter iluminação de natal. De qualquer maneira os cabos de aço que sustentam a iluminação permanecem na mesma, é para ornamentar as empresas de telecomunicações que deixaram lá as linhas aéreas.

Queria também depois falar de um assunto que foi aqui focado na última vez, na última Assembleia de Freguesia, que foram as eleições na Escola Paula Vicente. Quer dizer, eu não sei se é algum masoquismo, ou outra coisa qualquer, porque foi aqui avisado que, de facto, aquilo ia dar bronca; toda a gente sabia que as pessoas se iam amontoar na Escola Paula Vicente para votar. Eu estive lá, e disse assim: “Bom, isto é apenas uma resistência, ou então é ???.” Na verdade, aquilo era uma desgraça anunciada, uma vergonha completa, uma coisa surrealista, digo eu, que estive lá a votar, e constatei aquilo, como todas as outras pessoas, quando há instalações na Escola Secundária do Restelo, que chegam e sobram para fazer uma eleição como deve ser. Portanto, a Junta estava avisada, avisadíssima, e, se calhar, não melhorou, não alterou, não fez nada para que aquilo não acontecesse, porque não quis, apenas. Foi apenas isso, mais nada.

Queria também chamar à atenção para uma coisa que me toca particularmente, que é, de facto: eu passei o 25 de abril, o 28 de setembro, o 11 de março e o 25 de novembro a cumprir o serviço militar obrigatório ????. Portanto, não fui do exército, mas tenho uma admiração tremenda pelo Capitão Salgueiro Maia. É uma pessoa que, de facto, estimo muito, respeito tudo o que fez, toda a sua ação no 25 de abril. A verdade é que fica na nossa freguesia o Regimento que se tentou opor a ele, o Regimento de Cavalaria 7. Gostaria de propor à Junta de Freguesia para descerrar lá uma placa, ou uma coisa qualquer, a dizer que por ação do ???, o tanque de guerra que não matou o Salgueiro Maia e todos os outros, não houve um derramamento de sangue, e aqui estamos nós em liberdade, para poder dizer tudo isto. Portanto, o Salgueiro Maia foi um grande homem, que fez frente a uma ação reacionária contra o 25 de abril, do Regimento de Cavalaria 7, que era o quartel da nossa freguesia (agora de Belém). Mas, parece-me que se a Junta não o puder fazer, na próxima Assembleia Municipal descentralizada, eu fá-lo-ei. Mas, era muito bonito a Junta de Freguesia preocupar-se com essa situação, porque a memória do Capitão Salgueiro Maia, apesar de não ter sido respeitado com a atribuição da ??? à sua viúva, é pelo menos respeitada por muitos dos filhos ainda.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado. Mais uma intervenção.

**Ana Santos (Elemento do público):** Muito boa noite. Ana Santos.

Gostaria de reafirmar uma questão aqui levantada anteriormente, sobre a iluminação de natal, uma vez que é apresentada como alternativa a um conjunto de benefícios que são dados a famílias mais carenciadas da freguesia, se não será possível, no próximo ano – uma vez que neste certamente não vamos a tempo – realizar as duas atividades, ou seja, poder apoiar as famílias mais carenciadas no valor dos cinquenta mil euros (50.000€) que se poupa com a iluminação, mas, efetivamente, conseguir-se fazer alguma iluminação aqui na freguesia nesta época festiva também. Penso que será importante para os próprios fregueses, também para os turistas que visitam a freguesia, e que fica um bocadinho despida nesta época em que todos nos sentimos solidários, mas também felizes. Deixo à consideração do Executivo para, no próximo ano, considerar aquilo que parece mais ser uma questão ideológica do que propriamente uma dificuldade financeira por parte da freguesia.

Obrigada.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado. Penso que não há mais nenhum pedido de intervenção. Faça favor. Pergunto se há mais alguma intervenção. Mais uma. Pedia para que se identificasse.

**José Vaz (Elemento do público):** Boa noite. José Vaz, moro em Caselas.

Também já foi referida na última Assembleia em que cá estive a questão das ruas de Caselas, em relação ao estado das ruas. Eu acho que não é demais pedir uma intervenção nas estradas, para que as estradas fiquem de vez remendadas em condições. Estiveram lá há cerca de dois meses, eu não sei se pela ocasião da última Assembleia, a remendar algumas estradas. O que eu pergunto é se alguém da Junta foi lá constatar como é que ficaram as ruas depois de terem sido arranjadas. Gostaria de saber se alguém lá foi ver, se acham que ficou alguma coisa de jeito, porque ????. Portanto, as ruas, neste momento, são as que estão piores. Gostaria de saber o que é que a Junta vai fazer. Quer dizer, vir aqui não sei quantas vezes falar do mesmo, mas não ver nada, e agora, voltamos a ter a resposta, não vale a pena dizerem que é da competência da Câmara. Eu acho que o papel da Junta é, de facto, perante a Câmara, exercer força. É uma questão que gostaria de ver resolvida, passam-se anos, e a rua continua na mesma – pelo menos a minha rua, e as ruas por onde vou passando. E o senhor também saberá, se passa em Caselas algumas vezes; estarão aqui pessoas nesta mesa que moram em Caselas, e também devem saber como é que estão as ruas. Eu gostaria de ter uma resposta porque, quer dizer, já chega de ter, há dez anos (se calhar), as mesmas condições.

Era só. Obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado. Faça favor, Sr. Álvaro Santos.

**Álvaro Santos (Elemento do público):** Álvaro da Costa Santos. Um saudações especiais para os vossos trabalhos, Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Srs. Membros do Executivo da Junta de Freguesia, Srs. Membros das Bancadas da Assembleia de Freguesia:

Traz-me aqui dar uma saudação de boas festas, de um ano feliz. E saudar que para a próxima época (isto em termos futebolísticos), para o próximo ano haja um bom trabalho em prol da freguesia, que é a freguesia mais conhecida do mundo, a Freguesia de Belém. Espero que façam um bom trabalho, que seja um bom ano para o vosso trabalho. E para as vossas famílias, uma saudação especial de boas festas.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, para responder às questões que foram colocadas.

**Presidente do Executivo:** Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, público em geral, os meus colegas.

Vou aqui responder aos cidadãos que puseram aqui algumas questões. Vou começar pela ordem em que elas foram postas, nomeadamente pelo Sr. Vítor Fino, que falou num primeiro caso, aqui da Rua Sam Levy, e de outras ruas aqui de Caselas. Bem, também posso responder em conjunto, sobre o mau estado das ruas de Caselas, do José Vaz também, que na prática colocou as mesmas questões – estou a falar nesse caso concreto. Como sabem, as ruas, os pisos, não são com a Junta de Freguesia; é com a Câmara. Nós queremos, como é evidente, como autarcas de freguesia, interceder, pugnar para que o órgão competente – que é a Câmara Municipal de Lisboa – proceda a esses trabalhos de reabilitação, ou de asfaltamento. Aliás, já propusemos cerca de dez ruas, que estão, neste momento, para ser pavimentadas na nossa freguesia, sob a nossa proposta. Essa em Belém é uma delas, e mais outras tantas espalhadas pela freguesia. Salvo erro, enfim, já no outro dia começou um trabalho na Estrada de Caselas – é mais acima, mas estamos a falar de Caselas, e também já começaram com esse trabalho.

O que eu quero dizer é que estou convencido que até ao final deste próximo ano de 2016, estes trabalhos que faltam estarão realizados, segundo o esquema que está previsto na Câmara Municipal de Lisboa, de empreitadas em vias aqui na nossa freguesia.

Quanto à lavagem em Caselas, já foi feita. Pronto, se calhar não em todo o sítio, mas num número muito significativo de locais, foi feita já essa lavagem em Caselas.

As tampas das caixas de fibras óticas, de telecomunicações, algumas faltam. Nós sabemos, porque nos transmitem isso de imediato, e comunicamos, porque isso é

muito importante, enfim, em termos de segurança – se alguém toca, pode ser perigoso – e estamos sempre atentos a isso. E quando temos conhecimento de alguma situação dessas, ou que nós vejamos *in loco* o que se passa, ou alguém nos transmita isso, comunicaremos sempre para quem de direito, para a Câmara e para as entidades que têm competências para fazer esse trabalho de monitorização dessa situação.

Iluminações de natal, faltam: pois, as iluminações de natal, eu acho que não faltam, continuo a dizer a mesma coisa: às vezes, as iluminações de natal continuam bem acesas nos olhos das pessoas agradecidas que nos transmitem isso no dia a dia, na rua. Ainda hoje recebi alguns, gente anónima, a agradecer os cabazes solidários. Obviamente que uma coisa não invalida necessariamente a outra, e nós estamos a fazer um esforço, de facto, para tentarmos conciliar isso. Mas, de facto, não somos só nós; felizmente, já mais autarquias têm seguido a nossa posição, cada vez mais. E não estamos nada arrependidos, temos muito orgulho naquilo que temos feito. E tem sido unânime. Bem sei que aqui há uns anos, logo no princípio, fomos acusados por uma certa força política (Partido Comunista Português), que era contra esta maneira de atuar, que isto era “caridadezinha”. Pois muito bem, nós não achamos que seja “caridadezinha”; é um apoio social fantástico, de bastidores, porque ninguém sabe quem é contemplado com esses apoios, e isto é muito importante, porque está ligado à pobreza envergonhada também, e, de facto, é uma questão muito complicada na nossa freguesia, que não podemos, de alguma forma, ignorar essas situações.

De qualquer forma, também respondendo aqui, em conjunto, com a Ana Santos, sobre as iluminações de natal, nós este ano já fizemos, com quem veio falar connosco, alguns comerciantes, já fizemos uma coisa mista: demos alguma liberdade de as pessoas poderem, de alguma forma, embelezar os seus estabelecimentos, cá fora, mesmo no espaço público, sem pagar grandes taxas, e animando aquela zona, por exemplo, de algumas zonas comerciais, não cobrando taxas disso, e processos, em alguns casos, em que os próprios comerciantes pediram para montar algumas estruturas, e nós deixámos montar, e aligeirámos junto da Câmara e da EDP as ligações à eletricidade, o que se refletiu depois nos custos, no gasto com essa eletricidade. Posso dar um caso: os comerciantes da Rua Duarte Pacheco Pereira, mais conhecida pela Rua das Lojas, por exemplo, alegraram aquela zona com o que puderam, e nós ajudámos – isto foi uma ação concertada com a Junta de Freguesia. O que eu lhes disse foi o seguinte: é que, realmente, não é por mais uma verba ou outra com que nós lhes pudéssemos ajudar, para um sítio ou outro, em especial, só porque depois era uma questão de injustiça em relação a outras situações, porque depois vinham outros comerciantes falar connosco: “Por que é que ajudaram aqueles, e não nos ajudam a nós?” Ou seja, nós ajudamos todos, desde que se organizem e que venham falar connosco, e depois vemos uma forma de podermos ter iluminações de natal, mas todos colaborarmos com isso, e não é só estarem à espera que sejam os poderes públicos a fazer tudo isto sozinhos, e mais ninguém fazer nada; eles também têm de fazer alguma coisa, os comerciantes, porque a vida é difícil para todos, e, de facto, isto devia ser uma organização conjunta.

Mas, estamos disponíveis, como é evidente, e para o ano logo se verá. Este ano, realmente, não é agora a melhor altura para mudarmos esses procedimentos, porque ainda temos muitas situações com a Câmara Municipal de Lisboa, no referente às transferências, que nos têm impedido de fazer mais trabalho, que nós gostaríamos de fazer, nomeadamente as passeadeiras de peões, porque, de facto, temos quase quatrocentos e tal mil euros ainda por receber da Câmara de Lisboa. E são reconhecidas essas dívidas formalmente pela Câmara de Lisboa. E, de facto, temos que, com muita calma e paciência, ir fazendo o nosso trabalho, e ao mesmo tempo negociando com a Câmara. Também temos tido pouco tempo, agora com esta situação política que temos tido, muita gente que estava na Câmara saiu, foi para o Governo, foi trabalhar para outros sítios, têm saído dos locais, e tem agravado um pouco mais essa situação, dos contatos. Mas, a situação tem andado, o diálogo não tem sido mau, com a Câmara, mesmo assim, mas não tem sido fácil; não tem sido fácil. Não há má vontade, acreditamos nós, mas por essas razões que já lhes disse, temos sentido falta de interlocutores, e para já, de uma forma mais rápida, para nós resolvermos essas situações. E chegámos ao final do ano, e elas ficaram por resolver; mas estaremos no próximo, a bater nessas mesmas situações. Nas nossas conversas, já chegámos à conclusão de que temos razão, mas ainda não houve aquele “preto no branco”, aquela reunião em que ficam acordadas essas situações. Portanto, temos de ter algum cuidado para não fazermos nada que não esteja previsto no nosso Orçamento.

De qualquer forma, havia aqui outra questão, que é a das eleições na Escola Paula Vicente. Pronto, o Sr. Vítor Fino não deve ler os Boletins da Junta de Freguesia, porque, de facto, estas situações foram – aliás, e no nosso *sítio* também – devidamente esclarecidas. Nas últimas eleições, de facto, houve alguns problemas, que houve muita gente que foi votar na mesma altura, e eventualmente, também graças, se calhar, ao trabalho do Transporte Solidário, que nós pusemos com quatro linhas, além de outros casos particulares, em que as pessoas iam buscar, para servir a população, para virem votar, conseguimos baixar a abstenção em Belém onze por cento (11%) em relação à média geral. Como sabem, houve uma abstenção na ordem dos quarenta e tal por cento, e nós tivemos uma abstenção de trinta e um por cento (31%). É um facto, houve muito mais gente a votar em Belém, graças a Deus. Para isso ajudaram também, em princípio, as nossas medidas, do Transporte Solidário – aliás, não há mais nenhum sítio em Lisboa, penso eu, que tenha carrinhas para levar as pessoas a votar. Mas, portanto, temos de combater a abstenção.

De qualquer forma, também já tínhamos chegado a conclusões, e já decidimos isso – não há nada de novo, está no Boletim: as próximas eleições, no dia 24 de janeiro, para a Presidência da República, irão ser na Escola Secundária do Restelo. E de maneira que vão ser na Escola Secundária do Restelo, as próximas eleições.

Quanto à placa de Salgueiro Maia, também não deve ter lido: pela primeira vez, em Lisboa, ??? homenagem ao 25 de novembro, em que o Sr. Presidente da Câmara pôde, juntamente connosco, com a Junta, numa ação singular, inédita e bastante participada, descerrar uma lápide de homenagem aos militares e

políticos que lutaram por isto tudo, para que, realmente, isto não fosse uma república soviética, totalitária, e de maneira que o 25 de abril, o pluralismo ficasse mesmo consolidado. E isto foi no dia 25 de abril, eu próprio assisti à situação na Calçada da Ajuda, ouvi vários tiros – não vi, realmente, dois tiros cobardes que saíram de onde é a Polícia de Intervenção, que mataram dois dos comandos. Mas, de qualquer forma, é bom, que está uma placa fisicamente a comemorar esse evento, que permite que hoje nós estejamos aqui todos a conversar, a debatermos em democracia. Isto é muito importante, e eu fiquei muito contente, enquanto Presidente da Junta, por ter conseguido isso.

Olhe, e vou-lhe explicar, não sei se conhece a história do 25 de novembro, mas é o seguinte: o Salgueiro Maia ??? o Salgueiro Maia não passou ??? já tinham conquistado, e resolvido essa situação. Mas, disse para homenagear os militares em geral. Estes esclarecimentos estão dados.

Quanto às iluminações de natal, também já falei.

Sr. José Vaz, quanto às ruas de Caselas: as ruas de Caselas – eu até sugeria, como também têm essa oportunidade, e existem várias pessoas que vão lá falar sobre vários assuntos à Assembleia Municipal, e como é matéria específica do município, eu sugeria que fossem à Assembleia Municipal também falar, dando mais força às nossas diferentes investidas, porque, de facto, se forem lá, mostram mais interesse e dá mais força a uma posição conjunta, quer desta autarquia, Junta de Freguesia de Belém, quer da população em geral, para ver se a Câmara acelera as estradas aqui da freguesia.

Mas, ainda há uma coisa importante a falar sobre as iluminações de natal: é que a própria Câmara ultimamente esqueceu-se de Belém em alguma iluminação feita pela Câmara de Lisboa, em Belém, quando havia antigamente. É uma coisa estranha. A Rua de Belém era iluminada pela Câmara Municipal de Lisboa, e deixou de ser. Aliás, quando fui convidado, este ano, para ir assistir às iluminações de natal da cidade de Lisboa, eu disse: “Tudo bem, irei, se houver alguma iluminação em Belém. Qual é a rua que está iluminada pela Câmara?” Não houve resposta; pois, não podia haver, porque não há nenhuma rua iluminada pela Câmara Municipal de Lisboa em Belém. Esqueceram-se que isto é em Lisboa.

E pronto, era isso que tinha para dizer. Boas festas para todos também, e muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado.

Vamos passar ao segundo ponto da nossa ordem de trabalhos, que é o Período de antes da ordem do dia. Eu pergunto se alguma Bancada pretende intervir. Teresa Almeida, do Partido Socialista.

**Teresa Almeida (PS):** Boa noite, Sr. Presidente, membros da Junta de Freguesia, colegas de Bancada, público.

Enfim, as questões que eu queria levantar, parte delas já estão respondidas, mas gostaria de perceber se esta mudança da localização do local de voto é para ser no futuro, uma continuidade, e a razão porque – eu também li com atenção o Boletim da Junta de Freguesia, mas não consegui perceber se a mudança do local era uma opção para o futuro, ou se era apenas agora para as eleições, e já agora, o porquê. Enfim, nós temos noção de que o processo eleitoral na Escola Paula Vicente não decorria da melhor forma, não sei se foi essa a reflexão que o Sr. Presidente fez, mas gostaria de ter uma explicação relativamente a esse processo.

A questão da iluminação pública, enfim, não ia intervir, mas de qualquer maneira, eu penso que o Sr. Presidente gosta de invocar que a Câmara não teve qualquer iniciativa – aliás, depois em outra ocasião falarei sobre esta constante recorrência relativamente ao que a Câmara Municipal não faz; mas, se calhar, a Câmara também acompanha este desejo do Sr. Presidente, de que não haja iluminações públicas aqui na zona de Belém. E também me pergunto, enfim, se não se reservou apenas para o dia da inauguração, e se teve algum contato junto da Câmara relativamente ao desejo de que a Câmara pudesse ter aqui alguma iluminação pública, tendo em atenção que a Junta tomou outras opções, e portanto, poderia haver aqui um trabalho de complementaridade. Acho que não é razão, apenas dizer que a Câmara não fez. Há um relacionamento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, e estas coisas normalmente tratam-se com antecedência, e combinam-se, e acertam-se, e com certeza que não seria difícil encontrar aqui uma forma que agradasse a todos.

E por último, apresentar um protesto pela forma como o Sr. Presidente se referiu agora à questão do 25 de novembro, e 25 de abril. Penso que são coisas completamente distintas. Espero que não tenha querido dizer que o que representou verdadeiramente a democracia, e a instauração da democracia em Portugal, que não tenha sido o 25 de abril – penso que não temos dúvidas de que esse é que foi o momento marcante. Poderá haver comemorações do 25 de novembro, com certeza que haverá ocasião também para essa data, mas espero que não tenha sido isso que eu percebi, porque se foi isso que eu percebi, e se, de facto, era isso que o Sr. Presidente queria dizer, fica aqui o meu profundo protesto pela forma como se referiu ao 25 de abril, e às tentações totalitárias de todo o processo – enfim, com certeza na sua opinião, mas que como representante institucional, penso que são muito graves as afirmações que fez.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado. Dou a palavra a Isabel Lourenço, da CDU.

**Isabel Lourenço (PCP):** Boa noite a todos.

Eu gostaria de ouvir novamente o Sr. Presidente em relação à questão levantada pelo público, que tem sido levantada em todas as Assembleias de Freguesia desde o início do mandato, sobre os passeios, porque pelo que eu entendi das palavras do Sr. Presidente, isso seria uma competência da Câmara e não da Junta – o que não é verdade, eu acho que entendi mal.

Em relação ao tom com que o Sr. Presidente intervém regularmente nesta Assembleia: estamos numa época natalícia, eu não vou entrar em discussões; lamento apenas a forma como costuma intervir, e especialmente a forma como interveio hoje. E espero que continue a usufruir a liberdade de dizer o que quiser.

Viva o 25 de abril!

**Presidente da Mesa:** Não sei se há mais algum pedido de intervenção. Não sendo o caso, dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou falar aqui das questões que foram apresentadas pelo membro da Assembleia de Freguesia, Teresa Almeida. O local de voto, de facto, foi porque constatámos que tem melhores condições do que na Escola Paula Vicente, para realizar as eleições. É muito simples. E já não é a primeira mudança que fazemos, mas o que é certo é que tem melhores condições, porque a forma como os pavilhões estão dispostos, e tudo aquilo, evita muitos atropelos, e por aí fora, como foi da última vez. E como, realmente, graças a Deus, tem vindo mais gente a votar, achámos que fica melhor. E realmente, só um burro é que não muda; quer dizer, se as coisas podem ficar melhores, por que é que não se muda? E graças a Deus, podemos mudar, porque temos instalações para isso. E portanto, estamos a fazer tudo normalmente, conforme programado, sem quaisquer pressões. Era só mais o que faltava. Achamos que é o mais adequado, também ouvimos as pessoas, constatámos no local como é que era – quer dizer, só se fossemos loucos é que continuávamos a insistir numa coisa que até vemos que pode ser melhorada. Portanto, isso aí é clarinho, e vamos continuar a ter os mesmos apoios, com as carrinhas de voto.

As iluminações de natal: é evidente que com base nesta ação ventilada pela Câmara, em que as Juntas vão fazer as iluminações, eu vou falar agora com a Câmara, para futuramente não se esquecerem que Belém também existe, e que se podem iluminar até algumas ruas ????. Ainda por cima, ??? EDP. Portanto, eu estou convencido que sim; vamos falar com a Câmara, e é algo normal, julgo que vamos conseguir.

Quanto ao 25 de abril e o 25 de novembro, claramente que são duas datas, para mim, praticamente iguaizinhas: uma foi da mudança de regime; a outra foi de consolidação, porque se não tivesse havido o 25 de novembro – desculpe, está a falar com uma pessoa que esteve presa, e contra uma parede para ser fuzilado, pelas forças chamadas “democráticas” nessa altura, eu e uma outra pessoa que está aqui, os dois, dezasseis dias numa cela, sem sair, tínhamos dezanove anos. Isto é que é liberdade? Por quê? Porque não eramos do Partido Comunista. E não tenho medo – se não tive na altura, também não tenho agora. Portanto, o 25 de abril, ponho em situação igual, pelo menos no que diz respeito ao 25 de novembro. Disse à frente do Sr. Presidente, que aliás concordou. Aliás, no discurso dele, no discurso do Dr. Fernando Medina, um homem muito razoável, fez um discurso muito dentro desse tom.

Quanto à Sra. D. Isabel Lourenço, de facto, não percebi o que é que disse; falou no meu tom, é o meu tom. Eu tenho o meu tom. Quanto ao resto, não percebi.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Dou-lhe a palavra novamente, se faz favor, Isabel Lourenço.

**Isabel Lourenço (PCP):** Penso que a parte que não percebeu foi a dos passeios, se são ou não são da competência da Junta de Freguesia, e o que é que se faz ou não se faz em relação aos passeios. Os passeios, a pergunta que foi colocada pelo público.

**Presidente do Executivo:** Estava a falar de passeios, e não percebi, porque não sabia a que passeios é que se estava a referir, e depois não percebi bem se era de passeios que estava a falar. Pensei que estava a falar dos passeios dos idosos, e tal, mas são os passeios ao lado das vias públicas. Mas, oito horas por dia, temos sempre homens a trabalhar no arranjo dos passeios. Oito horas por dia, temos pessoas a trabalhar na manutenção dos passeios.

**Presidente da Mesa:** Dr. João Carvalhosa.

**João Carvalhosa (Vogal):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só dar aqui uma nota, porque, de facto, há coisas em que eu acho que nós também devemos ser honestos e claros. Quando nós referimos que há coisas que, de facto, são da Câmara, e que nos referimos à Câmara, não estamos a sacudir a água de cima do capote, a dizer que não nos interessa, e que não nos importa, e que todos os dias não trabalhamos para que a Câmara o faça. Agora, não podemos, não podemos – e quem está aqui não pode ser enganado, a pensar que por vir aqui todas as vezes dizer que as estradas de Caselas, e não sei quê, estão por arranjar, que isso vai-se resolver por nossa iniciativa, porque, de facto, quem tem a responsabilidade de resolver mais de metade dos problemas da cidade é a Câmara Municipal. E portanto, quando a Câmara Municipal não resolve, não vai alcatroar, não faz uma série de coisas, é injusto, é no mínimo injusto virem para aqui dizer que é nossa responsabilidade. Os senhores sabem quantas vezes nós insistimos com a Câmara por causa do alcatroamento de estradas? Portanto, peçam responsabilidade a quem tem responsabilidade, não só os elementos do público, como as Bancadas da Assembleia, porque principalmente as Bancadas da Assembleia sabem perfeitamente de quem é que são as responsabilidades de cada uma das matérias, têm obrigação de o saber. E portanto, virem dizer que é nossa responsabilidade determinadas coisas, que sabem que não o são, também é não estar a ajudar a que haja um debate que seja mais moderado, e é estar a enganar as pessoas todas.

**Presidente da Mesa:** Muito bem. Penso que os pontos foram esclarecidos de ambas as partes.

Podemos passar ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, Apreciação e aprovação da ata da sessão de 28 de setembro de 2015. Pergunto se alguém tem algum comentário a fazer sobre essa ata. Não tendo, vamos à votação. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade.

Vamos para o ponto, diria, com mais substância da nossa reunião, que é a Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento, Norma de Execução Orçamental, GOP's – Plano de Atividades, PPI e PPA) e Mapa de Pessoal para 2016. Penso que podemos fazer a apreciação e a discussão em conjunto deste ponto, é assim que ele está incluído. Pergunto se alguém quer tomar a palavra, quer da parte das Bancadas, quer do Executivo. Mas, penso que é preferível serem as Bancadas, e a seguir o Executivo pode clarificar a resposta.

Óscar Rodrigues, da Bancada do Partido Socialista.

**Óscar Rodrigues (PS):** Boa noite, Sr. Presidente, boa noite, Exmos. Srs. do Executivo, às Bancadas e restante público.

Relativamente a este ponto, ainda bem que o Presidente toca nessa questão, porque estamos aqui a meter várias coisas, todas no mesmo ponto, e pode causar aqui alguma precipitação. E eu queria só pedir algum esclarecimento por parte do Executivo a algo que nós consideramos que não tem muita lógica, que é a apresentação das normas regulamentares, um regulamento para a dotação orçamental, e para controlo orçamental, ser apresentado ao mesmo tempo que o Orçamento; ou seja, as normas deveriam ter sido apresentadas anteriormente ao Orçamento.

E depois, está aqui outro preciosismo, em que gostava também de obter algum esclarecimento, que tem a ver precisamente com a vigência destas normas orientadoras, que se esgotam neste presente Orçamento. Portanto, estamos aqui a aprovar um quadro legislativo, um quadro regulamentar apenas para um ano. E a nossa pergunta é precisamente essa: todos os anos vamos ter normas diferentes, ou o comportamento a nível daquilo que é a preparação de um Orçamento anual não deveria ser constante, não deveriam ser as mesmas, e só sujeitas a alteração quando, ou o enquadramento jurídico, ou o enquadramento fiscal, assim o obrigasse. Portanto, esta era a primeira pergunta que eu queria fazer sobre esta questão, e depois falarei mais tarde.

Obrigado.

**Presidente da Mesa:** Obrigado. Eu penso que havia mais alguém. Teresa Almeida, do Partido Socialista.

**Teresa Almeida (PS):** Eu queria apenas referir-me aqui à proposta de Plano de Atividades, e voltar um pouco à questão anterior, relativamente às competências que são da Junta de Freguesia e às competências que são da Câmara Municipal, e também tentar obter da parte do Sr. Presidente esta situação de transferência de competências – que vamos entrar num novo ano, é aqui referido em diversas

matérias que ainda não está completa a transferência, e gostaríamos de perceber em que pontos é que não está completa – eu penso que há pontos que estarão já perfeitamente definidos; aliás, nos outros relatórios que têm sido objeto de apreciação, por norma há uma expressão de regozijo relativamente a todo o processo, e de algum entendimento. Hoje percebi que as coisas estão um pouco mais crispadas, não sei se, de facto, houve aqui alguma situação que correu pior, e portanto, também gostaríamos de perceber onde é que não estaria a correr tão bem este processo de transição, porque temos registado da parte do Sr. Presidente normalmente referências positivas – que o processo, enfim, dentro dos trâmites de uma experiência que se está a implementar, e de uma nova situação, mas que tem corrido bem, embora pareça que não tem corrido tão bem quanto isso. E portanto, gostaríamos de perceber, por um lado, o que é que não tem corrido tão bem, e por outro lado, se agora, em 2016, ainda não há uma perspetiva definitiva de quais são as competências, e da forma como essa transição é feita, o que é que está por trás, porque continuamos a achar que, muitas vezes, esta chamada ??? do processo acaba por ser eventualmente uma desculpa – por exemplo, na questão da gestão participada, é aqui dito, enfim, que se pretendia ter introduzido já em 2015, mas que como não estão as questões completamente definidas com o município, continuam a não ter sequer a perspetiva definitiva de poder fazer em 2016. E portanto, acho que uma gestão participada pode ser implementada com menos recursos, pode haver, enfim, formas evolutivas, não me parece que haja um impedimento, como está aqui a ser evocado, que é baseado, enfim, em não estar inteiramente definido o montante financeiro que é transferido em 2016.

Depois, por outro lado, também na questão do espaço público, ambiente e higiene urbana, fala do programa eleitoral, e dizem que continua a haver um conjunto de propostas concretas que não deixam de estar no nosso horizonte. Portanto, não há aqui uma perspetiva concreta do que é que vai ser implementado em 2016; apenas diz que está no nosso horizonte, de uma forma um pouco vaga. E também gostávamos de perceber, exatamente, dentro deste tema, quais são as áreas que efetivamente não estão só no horizonte, mas estão, enfim, no caso concreto.

E a questão das passadeiras, pois, acho que é um tema que, de facto, não tem estado com o devido acautelamento, e gostávamos de perceber como é que a Junta de Freguesia – com certeza preocupada com os seus munícipes, e com a sua segurança – quando é que vai, efetivamente, passar a ter aqui uma ação permanente e que responda às situações que vão surgindo.

Por último, a questão do comércio: é uma zona cada vez com mais turismo, a gestão da questão do licenciamento comercial, penso que também estará transferida – eventualmente ainda com algumas lacunas que o Sr. Presidente explicará – mas, esta apetência que este território tem, tem levado à ocupação de via pública com carrinhas, que se percebe que há uma forte vontade de poderem aqui fazer o seu negócio, mas, pergunto eu, não é suposto que esta lotação seja desmontada à noite; isto é, este tipo de instalação com carrinhas, na minha opinião, é uma situação que todos os dias devia ir para o local, todos os dias deveria ser removida, e não nos parece que isso esteja a acontecer, pelo menos

registo que muitas situações não são desmontadas durante a noite, e portanto, acabam por ser ocupações permanentes, e até com ocupação de via pública, com cadeiras, que também me parece que não é esse, enfim, o formato que estas ocupações devem ter. Portanto, eu gostava de saber se, efetivamente, há fiscalização, se há a noção de que pode haver abusos neste tipo de ocupação, que cada vez mais acaba por ser mais permanente e menos temporária, e de facto, sendo um território com esta apetência, se se confirma qual é a forma como a Junta pretende assegurar este cumprimento dos deveres para este tipo de licenciamentos.

Obrigada.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado. Dou a palavra agora a Ana Maria Coelho, do Partido Socialista.

**Ana Coelho (PS):** Ora, boa noite à Mesa, aos membros do Executivo, aos colegas de Bancada, ao público.

Há uma questão que já foi aqui levantada por várias vezes pelo público, e que tem a ver nomeadamente com o facto de existirem cabos aéreos no Bairro de Caselas. Essa quantidade de cabos, creio que aumenta com, nomeadamente, as instalações das várias operadoras, e é uma situação que deve ser de resolução prioritária. É uma situação que envolve, digamos, uma coordenação entre várias entidades, porque para se enterrarem os cabos é preciso fazer obras, é preciso contactar as entidades que têm os cabos aéreos, e que deveriam ser subterrâneos, e tentar agilizar que este problema se resolva. Portanto, gostaria de saber se o Executivo tem alguma previsão de trabalhar sobre este assunto, e melhorar esta situação.

Relativamente às propostas que são apresentadas no Plano de Atividades, há duas que eu gostava de ouvir um pouco mais o Executivo esclarecer em que é que consistem. Uma delas é a criação do chamado Parque das Descobertas, a ser instalado no recinto do antigo Aquaparque. Portanto, se nos pudesse esclarecer um pouco melhor em que é que consiste este projeto.

A outra questão é a criação do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária do Restelo. Ora, a Escola Secundária do Restelo, apesar de ser uma das escolas de referência a nível nacional, uma escola secundária de referência, é uma escola que tem graves deficiências em termos de infraestruturas, e também em termos de falta de material didático nas mais variadas áreas. Eu não sei se não seria prioritário, digamos, fazer algum trabalho no sentido de tentar promover a melhoria das infraestruturas dessa escola, e portanto, se este tipo de melhorias não está integrado nalgum plano ou em algum trabalho a desenvolver pela Junta de Freguesia.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado.

Julgo que não há mais nenhuma intervenção nesta fase. Eu dou a palavra ao Presidente do Executivo, para responder, mas, já agora, também para poder

detalhar alguma matéria que considere relevante, tratando-se do Plano, Orçamento, e por aí adiante.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

De uma forma muito sucinta, eu só queria aqui neste ponto dizer o seguinte: quanto às questões postas aqui pelo membro da Assembleia Óscar Rodrigues, esse conjunto que nós estamos hoje aqui a apresentar, aqui à vossa apreciação, esse conjunto é feito, em termos ??? no município. Isto é, de uma forma geral, nós não estamos a inventar nada de especial; costuma ser em pacote, que era o chamado antigo Plano de Atividades e o Orçamento, tudo isso está subjacente, aprovar em conjunto todos esses elementos. Agora, há outras denominações: GOP's, Plano de Atividades. Mas, o que interessa é que isto, na prática, é o Plano de Atividades e o Orçamento. E, de facto, na prática, e depois, na regra de execução orçamental, que é ao mesmo tempo aprovada, que serve como um exercício, porque é natural que possam surgir alterações – é perfeitamente natural – que justifiquem, em termos de Orçamento, modificações. Isto é sempre aprovado para um ano; no próximo ano, em princípio, será o mesmo sistema. Mas, tem sido sempre assim, em conjunto. Mas, isso é também o método utilizado no próprio município, estamos a seguir o mesmo critério.

Quanto ao membro Teresa Almeida, ainda não está imputado este processo de transferências; pois não. E como aí é referido, em Paris foram dez anos, ou quase; quer dizer, demorou muito tempo. Nós estamos no nosso segundo ano. E ninguém está a dizer que pensávamos que isto ia ser fácil, atenção; obviamente que este vai ser um processo que se vai fazendo, mas nós estamos cá para assumir isso. Se fosse fácil, qualquer um estava cá. Mas, nós estamos cá para resolver estas dificuldades, e isso é um grande desafio. Agora, de facto, em termos ??? há muito tempo, o Sr. Presidente da Câmara disse que com certeza, que se vai reunir connosco, ainda não tem tido vaga, disponibilidade, mas disse-me que ainda era antes do final do ano – já não tem muito tempo – mas de qualquer forma, creio que ainda vamos ter uma reunião com ele, se calhar para o ano, no princípio do próximo ano.

Mas, posso-lhe dar alguns exemplos: escolas: foram-nos passadas as competências das escolas sem quaisquer verbas. A própria Vereadora disse-me: “Então, estão a passar as competências, e as verbas, onde é que estão?” “Mas, como é que quer que eu lhe passe as verbas, se não tenho verbas?” Foi a resposta que ela me deu. Mas, as competências passaram. Mas há mais: as piscinas, os parques infantis, foram todos passados, com os encargos, com os ónus, os parques infantis estavam uma coisa inacreditável. Agora, já não estão. A piscina tem obras enormes que têm que ser feitas. Nós temos estado a adiantar-nos, temos estado a adiantar-nos sem receber, e são obras estruturais. E isto estava identificado há muitos anos, atenção ??? pagar isso, mas não há nada escrito, é tudo com base da confiança.

Parques dos Moinhos de Santana, tinham-se esquecido dos Parques dos Moinhos de Santana, tinha lá pessoal ??? guardas, por exemplo, e a manutenção daquilo, o sorvedouro, o estado de conservação daquilo, o pavimento cheio de

rachas, a verter água que é um disparate. E a única coisa que dá receitas, que é ??? também já foi reconhecido, tudo de boca, que nos vão dar a nós, ainda não passou, continua a Câmara a receber o dinheiro. Obviamente, vão-nos passar o dinheiro retroativamente, a abril do ano anterior. Mas, a única coisa que dá verbas, está a Câmara ainda a receber, quando já um Vereador diferente, o Presidente, na altura, e o Vereador Sá Fernandes: o Sá Fernandes queria ficar com essas verbas, o Presidente depois deu-nos razão ??? sobre isso. O Vereador Sá Fernandes queria pôr um restaurante, que é a única coisa que dá dinheiro ali; tudo o resto, é gastar, que é o que nós fazemos, investir. Mas, ao menos, que a gente tenha a única coisa que dá dinheiro. Pronto, isso parece-me também que era pacífico, mas ainda não está na nossa conta o dinheiro, nem está ainda reconhecido nada por escrito sobre isso.

Mas, há mais: os sinais de trânsito, ainda ninguém se entendeu, como é que é. Os sinais de trânsito, o que estava definido é que nós colocássemos os sinais de trânsito – a Câmara fornecia-nos o material, e nós colocávamos. Agora, há ??? e têm que se entender agora, o Executivo da Câmara. Há uns que dizem: “Não, não, vocês é que compram os sinais, e põem os sinais”, mas não deram verba para isso. E portanto, isto está em contradição com tudo o que nós negociámos. Quando negociámos com o atual Presidente, que era Vice-Presidente, no serviço financeiro, era que a Câmara dava-nos os sinais – que é assim que tem lógica, não somos nós que vamos pôr os códigos lá atrás dos sinais, ou então fazemos sinais piratas, que os sinais têm o código lá atrás. E há três anos que não nos dão sinais. Agora, sim senhor, temos acordo, nas ruas, nos nomes das placas, que são caríssimas, as de pedra – isso é competência nossa, e nós fazemos, custa-nos dinheiro, mas temos estado a fazer em algumas ruas, em que faltam as tabuletas.

As passeadeiras: aí, realmente, fizemos algumas, até houve uma certa inovação ??? que foi feita com pedras, aqui na Tristão Vaz, que, aliás, agora a própria Câmara também está a fazer isso na Calçada da Ajuda, mas havia lá algumas pessoas, no trânsito, que diziam: “Isso é muito perigoso”, e tal, “não podem fazer isso em Lisboa”, e tal, mas o que é certo é que na Calçada da Ajuda já fizeram também. Portanto, agora, também fizemos ali para experimentar, para ver se compensa, ou não, fazer em pedra, para não se estar sempre a gastar em pintura. Agora, é evidente que podíamos ter feito mais passeadeiras até agora, podíamos, reconheço que sim. Aí, é onde temos estado a tentar poupar, para ver se umas coisas compensam outras, para irmos às nossas prioridades, que continuam sempre a ser a ação social, de uma forma muito assumida, como, aliás, sociais democratas que somos.

Depois, programa eleitoral: isto é um programa eleitoral em que, com certeza, há ações para este ano, mas em termos de programa eleitoral, isto são ações para quatro anos. Já temos estado a desenvolver muitas ações até agora. Mas, de qualquer forma, nunca temos fora dos nossos horizontes os nossos compromissos; nós somos muito cientes dessa questão. Aquilo que prometemos, cumprimos, olhos nos olhos, com toda a gente. E isso, as pessoas – é muito simples, vão depois ao nosso programa, e veem o que é que nós cumprimos ou

não cumprimos. Foi assim que sempre fiz em Santa Maria de Belém ???, mas tudo cumprido, explicado o que era feito.

Mais, licenciamentos: exatamente, os licenciamentos têm sido uma área nova, têm sido um sucesso, é uma área completamente nova, e delicada, que tem muita coisa para melhorar ainda, mas com quatro elementos que temos no ativo, tem sido significativo, até em receitas, mas também em animar um pouco algumas zonas desta freguesia. Não estou a dizer que não possa haver um caso ou outro, às vezes eventual, enfim, de situação pior, mas isso é como em tudo na vida. De qualquer forma, o que está subjacente a este tipo de licenciamentos de venda ambulante e não sedentária (como se chama), está subjacente, de facto, entrarem cerca das oito da manhã e saírem cerca das vinte e duas horas. Isto é a regra. Mas, em negociações, conversas com a Câmara, sempre houve o entendimento que num caso ou outro, em que não há ???, se pode deixar ficar de um lado ao outro. Agora, há uma coisa que eu tento sempre aprovar, ainda hoje tive um caso desses, e é num sítio assim mais ou menos complicado, e eu disse: “Não, senhor, tem que ser tudo com rodas. Não quero lá contentores, como se fosse uma coisa fixa”, nem pensar nisso, porque a regra é saírem à noite e virem outra vez de manhã. Nalguns casos não é assim, mas é o entendimento que temos com a Câmara ??? pela cidade, para não sermos tão rígidos, às vezes, quando vemos que não há qualquer inconveniente. Agora, ao primeiro sinal que nós tenhamos, eles têm de tirar de lá o equipamento. Mas, num caso ou outro, de facto, tem ficado, às vezes, mas não temos tido reclamações. Atenção, da venda ambulante não sedentária; outra coisa são aquelas rulotes, à noite, que ficam a vender até às seis da manhã, ou até às cinco da manhã. Isso é diferente, ficam lá durante o dia, e depois à noite abrem, e depois fecham outra vez. Temos os dois casos.

Quanto à D. Teresa Coelho, existência de cabos aéreos: bem, isso é uma situação muito antiga; é uma coisa horrível, eu sei, não chega àquelas situações que uma pessoa vê em África, tubos por todo o lado, mas... Aliás, é até agora notório nestes bairros, como o meu, no Restelo, em Caselas e em Belém, é uma coisa impressionante. Agora, temos estado em contatos com a Câmara, de maneira ??? Unidade de Intervenção Territorial, para ver se ??? aliás, junto das próprias empresas de telecomunicações. Houve uma vez em que até houve uma certa força aqui por causa do Bairro de Belém, mas depois não avançou.

Quanto ao Plano de Atividades, Parque das Descobertas: como sabe, havia no nosso Programa Eleitoral a criação do Parque das Descobertas onde está atualmente o Aquaparque. E a própria lista adversária, uma delas, também tinha uma coisa muito parecida com isso, muito parecida mesmo, uma espécie de Parque das Descobertas, a juntar aos Descobrimentos. Como sabem, o Aquaparque está todo limpo, nomeadamente já o próprio chão, os buracos já estão todos tapados; ainda não foi tirada de lá a rede, porque nós optámos por não tirar a rede, porque decidimos várias coisas, há aí algumas propostas, que nós próprios até já mostrámos ao Sr. Vereador Sá Fernandes e ao Sr. Presidente da Câmara de Lisboa. Uma coisa que vai avançar para já: pelo menos num canto, é assim um espaço para que as pessoas possam levar os seus cães de estimação, andarem soltos, ali numa parte, uma das situações vai ser essa,

porque há seis parques desses que o Vereador Sá Fernandes tem para instalar em Lisboa. E até foi numa Comissão do Ambiente da Assembleia Municipal ??? e ele disse: “Sim, estou a pensar que um poderia ser no espaço do Aquaparque”, seria uma coisa muito pequena ??? naquele espaço. De qualquer forma, o espaço está perfeitamente integrado em Monsanto, e há de continuar sempre integrado em Monsanto – isso para nós é sagrado.

Quanto ao pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária do Restelo, isso é daquelas tais coisas: é uma escola que, realmente, continua a mostrar resultados positivos até a nível nacional, de uma grande qualidade, e o que é incrível é que no desporto, tem um razoável parque desportivo, mas não tem um pavilhão gimnodesportivo. Ora, nós achamos que um pavilhão gimnodesportivo não é um luxo; qualquer escola que se preze tem que ter em atenção o desporto. Mesmo que o nosso ??? não seja mau, mas temos que ter um pavilhão gimnodesportivo. Isto é uma situação em que há muitos anos andamos a batalhar, já estive quase para avançar aqui há uns anos (em 2005), e depois não se avançou, já não sei por quê – houve ali um diferendo, se eram terrenos do Estado ou terrenos da Câmara, aqueles ali atrás da escola, antes do McDonald’s, e ficou por “águas de bacalhau”. Mas, de facto, ainda não desistimos. E isto é matéria do Governo, claramente, a Escola Secundária do Restelo; vamos continuar a bater-nos para que, neste mandato, pelo menos se iniciasse as obras desse pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária do Restelo, porque acho que é uma mais valia e algo muito necessário para a educação dos nossos jovens, nomeadamente no domínio desportivo e da saúde.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** A vantagem, nas eleições, de a votação decorrer na Escola Secundária do Restelo é que toda a gente vai poder perceber que apesar dos bons resultados escolares, as instalações são, de facto, muito insuficientes, para dizer o mínimo. E não é só na área desportiva; é também nos pré-fabricados onde os miúdos têm aulas.

Não sei se depois da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia, se há mais algum pedido de esclarecimento. Ana Coelho.

**Ana Coelho (PS):** Eu agradeço os esclarecimentos que foram dados. Creio que as questões que coloquei não foram respondidas, e nomeadamente, portanto, não ouvi a explicação do que é o Parque das Descobertas.

Ninguém disse aqui que não era necessário um pavilhão desportivo; aquilo que foi comentado é que apesar de ser necessário um pavilhão desportivo, as instalações da escola estão muito deficientes, e o que é que a Junta pensa fazer relativamente a isso, se tem alguma ideia de uma ação a tomar, em conjunto com o Governo, em conjunto com a Direção da Escola.

Relativamente à questão dos cabos aéreos, também não ouvi nenhuma proposta para que este tipo de assunto fosse resolvido.

**Presidente do Executivo:** Eu posso esclarecer.

**Presidente da Mesa:** Dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta.

**Presidente do Executivo:** Então, primeira questão, primeira pergunta: existência de cabos aéreos de empresas de telecomunicações no meio das casas em Belém. É isso, não é? Eu respondi; primeira pergunta, primeira resposta, foi essa: sim, senhor, temos estado em contatos com a Câmara Municipal de Lisboa há vários anos, e continuamos – sem qualquer resultado – para que sejam sensibilizadas as empresas de telecomunicações a começarem a tirar esses cabos e porem de outra forma. Agora, como sabe, o que nós podemos fazer é aquilo que temos estado a fazer; nem a própria Câmara consegue. Mas, há anos, e nomeadamente houve uma grande luta, entre aspas, numa altura com o Bairro de Belém, e com a Câmara, nessa altura, e continuou tudo na mesma. E agora, quando aqueles senhores falam do Bairro de Caselas, eu falo do meu bairro, e falo pelo Bairro de Belém, que também já vi. É a mesma situação, tal e qual. Tal e qual. Portanto, isto há em Caselas, e há em Belém. Portanto, primeira pergunta, e resposta respetiva.

Segundo, Plano de Atividades, Parque das Descobertas: já referi da outra vez que era uma espécie de Parque ??? existe ali em Belém, não sei se conhecem, só que com a temática dos descobrimentos. E as pessoas podiam passear, andar por ali. Obviamente que isto, como está no nosso programa eleitoral, é feito em conjunto com a Câmara, porque tinha uma ideia muito parecida para aquela zona. Pronto. E portanto, podia ser uma iniciativa – olhe, por exemplo, o 25 de novembro, aquela iniciativa em conjunto, e esta também seria em conjunto, e é interessante. Eu estou convencido de que vai ser feito ??? a Câmara sobre isso.

Quanto ao pavilhão gimnodesportivo, as deficiências na escola, sim senhor, a escola tem instalações super deficientes, todos nós sabemos, e não vamos entrar mais por aí, que isso é terrível, mas aquilo é uma competência também, como sabem, do Ministério da Educação, do Governo; não é nem da Câmara, nem da Junta, isso aí. Agora, nós, Câmara e Junta, como autarcas, temos que fazer aquilo que nos compete a nós: no âmbito da nossa intervenção, continuarmos a lutar com toda a nossa energia para que isso, em breve, seja uma realidade. Daí nós termos posto no nosso Plano de Atividades, e não vamos desistir ??? não fazemos só aquilo que são as nossas competências próprias, mas também aquelas que são delegadas, ou aquelas que não são nem delegadas, nem próprias, mas que entram aqui no nosso território. E nisso, tentamos interceder junto das entidades competentes para que essas situações sejam cumpridas.

Espero que tenha ficado desta vez esclarecida. Desculpe lá não ter sido tão esclarecedor ao princípio. Obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado.

Vamos à votação. Já não é possível, o público, mas estou certo que o Presidente da Junta de Freguesia, no final, estará disponível para dar mais... desculpe lá, já houve um período para intervenção do público.

Vamos à votação. Há ainda um pedido adicional de esclarecimento, de Óscar Rodrigues, e Isabel Lourenço.

**Óscar Rodrigues (PS):** Não tinha ideia de intervir neste ponto, mas queria interpelar o Executivo se acerca do Orçamento, vai haver a apresentação do Orçamento, e dos números constantes do Orçamento.

**Presidente do Executivo:** Posso fazer uma apresentação, se quiser.

**Óscar Rodrigues (PS):** Então, eu vou antecipar, e deixo já aqui as minhas questões...

**Presidente da Mesa:** Isto é um ponto único ???.

**Óscar Rodrigues (PS):** É muito rápido, e tem a ver com uns números apresentados, com os quais tenho algumas ressalvas, ou algumas dúvidas. A primeira questão, recorrente, acho que nem vale a pena, que é a questão dos “um euro” (1€), e dos “dois euros” (2€) constantes no Orçamento, que já me explicaram no ano anterior que é por razões de *software*.

Segunda questão, relativamente às despesas apresentadas neste Orçamento, gostava de ser esclarecido, e a Bancada do PS gostava de ter mais alguma explicação acerca de um aumento de cerca de cem por cento (100%) naquilo que são as “Outras despesas correntes”, que é sempre aquela rubrica demasiado vaga, que cabe lá tudo, como eu costumo dizer, e aqui é um aumento considerável, superior a cem por cento (100%). Na página 13, o quadro relativamente às despesas.

Segunda pergunta, Sr. Presidente, também muito simples, em que gostávamos de ser esclarecidos: na página 14, e muito bem, o Sr. Presidente, ou o Executivo, apresenta aqui uma consideração acerca dos gastos, ou das despesas da Junta de Freguesia...

**Presidente do Executivo:** Desculpe lá, eu para poder responder a isso tenho que ter o número da rubrica. Você tem que me dizer qual é a rubrica, tal e tal.

**Óscar Rodrigues (PS):** Página 13.

**Presidente da Mesa:** Penso que está a fazer referência ao relatório do Orçamento, e não às rubricas específicas que estão discriminadas a seguir.

**Óscar Rodrigues (PS):** Relatório do Orçamento, página 13, “Outras despesas correntes”. Eu gostaria de saber, Sr. Presidente, o que é que é isso, de “Outras despesas correntes”. E gostava de ser esclarecido.

Segunda pergunta – vamos tentar torná-la mais simples: relativamente às despesas em atividades sociais, e que nós consideramos que são muito bem investidas, o Sr. Presidente refere aqui que se prevê uma despesa superior a

meio milhão de euros (500.000€) para o ano de 2016. Também aqui existe alguma dúvida, então aí no Orçamento, e olhando para os quadros das rubricas orçamentais, nós não conseguimos encontrar meio milhão de euros (500.000€) em atividades sociais. Gostava de saber, mais em pormenor, onde é que está este meio milhão de euros (500.000€). Relativamente a gastos sociais, há aqui quarenta mil euros (40.000€) de alimentação, há aqui cinquenta mil (50.000€) em ofertas de ação social, mas o meio milhão (500.000€) não está aqui muito claro. Gostava que aprofundasse estas duas questões: onde é que está o meio milhão (500.000€) de ação social, quais são as rubricas em concreto, e a que é que se refere este aumento de cem por cento (100%) nas “Outras despesas correntes”.

**Presidente da Mesa:** Temos ainda a intervenção da Isabel Lourenço. Pedia que todas as questões que entendessem colocar, todas as questões que entendam colocar sobre os vários documentos que estão em discussão sejam colocadas agora; caso contrário, vamos ter uma discussão que vai ser difícil de gerir. Tenho um pedido de intervenção de Isabel Lourenço; há também um pedido de Helena Ramalho.

Isabel Lourenço, da CDU.

**Isabel Lourenço (PCP):** Eu queria sugerir que os vários pontos fossem votados em separado – dentro deste ponto, exatamente. Portanto, o Mapa de Pessoal à parte, as GOP, etc. Ponto a ponto, ser votado ponto a ponto.

Obrigada.

**Presidente da Mesa:** Faremos isso. Em qualquer caso, a discussão, mantemos em conjunto, até porque já foram feitas várias questões, sobre vários pontos.

Helena Ramalho, PSD.

**Helena Ramalho (PSD):** Eu acho que posso estar a ajudar em relação a esta questão das “Outras despesas correntes”. Se for à página 6 do Orçamento da despesa, e está aqui, isto é o aglutinar da rubrica 06.02. A rubrica aqui, na página 6. Está a referir-se... portanto, ela está aqui na página 6 do Orçamento da despesa. Era só uma achega. Se for ver ali, ela corresponde. Portanto, neste caso, são dezasseis mil, duzentos e dez euros (16.210€) no total. É a rubrica 06. Era só para dar uma achega.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado. E agora, para dar as últimas respostas, Sr. Presidente.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito sucintamente, quanto à primeira questão, esse aumento, de sete mil e tal euros para dezasseis mil e tal euros, quer dizer, ??? isso aí é só porque nós depois tentámos que nessa rubrica ??? despesas bancárias ??? aumentaram. E portanto, tivemos que adaptar agora o Orçamento para esse efeito.

E depois, quanto aos quinhentos mil euros (500.000€) para ação social, é evidente que a ação social, como já referi no ano anterior, no nosso entendimento, a ação social está subjacente a toda a parte da educação. Tudo isso vai-se notando, como é lógico. Aliás, ??? tem muito a ver com isso. E portanto, isso é evidente, está interligado.

**Óscar Rodrigues (PS):** O Sr. Presidente está a dizer que ação social e educação são a mesma coisa?

**Presidente do Executivo:** Estou a dizer que a ação social e a educação estão interligadas numa atividade de uma autarquia – e não é uma freguesia; se for ver, em quase todas estão interligadas. Eu vejo aqui na nossa atividade que estão constantemente a cruzarem-se as ações.

**Presidente da Mesa:** Bem, vamos passar à votação dos vários documentos em separado. Eu vou seguir a ordem da proposta, que é mais fácil. Mais um esclarecimento?

**Presidente do Executivo:** É evidente que está aqui também o pessoal, isso apanha também todos os elementos que estão a colaborar na parte da educação – os professores, ??? tudo isso, ??? social. Repare: para as pessoas praticamente não pagarem quase nada – agora pagam de dois (2€) a doze euros (12€), ou dez euros (10€) por mês, consoante o rendimento, a terem os filhos quatro horas (das duas às seis horas da tarde), todos os dias, com atividades de animação, de educação, de desporto – desculpe lá, isto é claramente ação social, para nós – as CAF's, as AAAF's, enfim, tudo isso.

Obrigado.

**Helena Ramalho (PSD):** Eu acho que é o problema de estarmos a discutir, ou não, muitas coisas, ou seja, ??? se nós concordamos com as rubricas, com os valores que estão, e se ???, ou não. Agora, se o Partido Socialista, ou se alguém entender que este aspeto não tem uma componente social, obviamente entenderá; pode é concordar que se gaste dinheiro nisso, ou não. Para mim, é evidente que é uma componente social, obviamente que é uma componente social, e talvez seja neste apoio à educação, uma componente social de ocupação dos alunos durante a outra metade do tempo em que eles não estão ocupados na escola, talvez seja das coisas mais importantes que a freguesia faz. Parece-me que é uma componente social, e faz sentido chamá-la assim; mas, acho que não é isso que está em causa.

**Presidente da Mesa:** Muito bem. Vamos passar à votação. Só queria informar e justificar a ausência do membro do Executivo Anabela Correia, que informou-me que teve uma notícia triste durante a reunião, e teve que se ausentar, por falecimento de um familiar.

Vamos passar à votação. Eu sugiro que se faça uma votação em cinco partes: Plano de Atividades, Orçamento, Norma de Execução Orçamental, PPI e PPA

(Plano Plurianual de Investimento e de Atividades) e Mapa de Pessoal. Portanto, em cinco partes. Alguém discorda? Então, vamos fazer assim a votação.

Plano de Atividades: Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Sete (7) votos a favor, um (1) voto contra, e cinco (5) abstenções.

Orçamento: Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? A mesma votação.

Execução Orçamental: Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? A mesma votação.

PPI e PPA: Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? A mesma votação.

Mapa de Pessoal: Quem vota a favor? Quem vota contra? Abstenções? São oito (8) votos a favor, e cinco (5) abstenções.

Na última votação houve uma diferença. Nas votações anteriores foram sete (7) votos a favor (do PSD e do CDS), um (1) voto contra (da CDU), e abstenções do Partido Socialista, com exceção da última votação (Mapa de Pessoal), com oito (8) votos a favor (PSD, CDS e CDU), e abstenções do Partido Socialista.

Vamos passar ao quinto ponto, Autorização para contratação de pessoal. Alguém tem algum pedido de esclarecimento? Assim, a Junta de Freguesia esclarece tudo no fim. Ana Maria Coelho, Partido Socialista.

**Ana Coelho (PS):** Ora bem, o Partido Socialista congratula-se com o facto de haver criação de emprego na Junta de Freguesia, com a criação de vários lugares, com diferentes funções. Portanto, consideramos que é, realmente, importante, e sendo importante para que haja um bom funcionamento e um bom apoio aos utentes da freguesia, faz todo o sentido a contratação. É claro que nestes procedimentos de contratação, estes contratos devem ser, sempre que possível, contratos duráveis, com uma garantia também social, e os procedimentos para a contratação devem ser os mais claros possíveis.

Nesta proposta, há uma informação que falta, e que gostaríamos que fosse fornecida, que é o tipo de contratação que se pretende fazer para cada uma destas pessoas.

Acrescento ainda uma outra questão, que tem a ver com o facto de saber se estas pessoas a contratar eram antigos prestadores de serviços.

**Presidente da Mesa:** Muito bem. Não havendo mais nenhuma intervenção, dou a palavra à Junta de Freguesia para explicar, ou para apresentar este pedido de contratação para a Administração Geral, licenciamentos, cultura, desporto e educação.

**Presidente do Executivo:** Posso? Muito obrigado.

Obviamente, estes pedidos de autorização são para nós podermos, como está aqui a dizer nos considerandos, no âmbito da reforma administrativa de Lisboa, irmos preenchendo os lugares que nós temos. E isso na sequência do que já foi feito anteriormente em algumas situações, irmos autorizando já concursos, e já concretizámos alguns desses concursos – ainda não todos, mas alguns, já temos autorizado. Agora, estamos a precisar de começar a abrir outros, e daí estarmos a pedir a autorização da Assembleia para esse efeito. Agora, são concursos públicos que são feitos, são contratações públicas, como devem ser, e que são por tempo indeterminado, esses lugares que vão ser propostos, e por isso, obedecem às regras normais que existem para a contratação neste tipo de procedimento concursal. Portanto, não é nada de novo, isto é feito tecnicamente pelos nossos serviços de gestão de recursos humanos, e pronto, é um processo muito técnico, no âmbito dos recursos humanos. Portanto, é mais um concurso ??? e agora é para continuar.

Pois, isso aí, está bem, há aí na parte final um caso especial, que são os professores das AEC's, e isso é diferente. Esses aí, da educação, são quarenta técnicos superiores para funções docentes a termo certo ????. Pois, aliás, isso até já é um caso especial, porque não é a tempo inteiro, são só umas certas horas por mês, e que já estão na plataforma do próprio Ministério da Educação. Portanto, é diferente de tudo resto, mas é uma situação especial. Portanto, não é o caso aqui do técnico superior ??? projetos, mas esses quarenta que estão aí – pode assustar um pouco, o número, mas, realmente, são casos de contratarmos de acordo com o número de horas, a termo certo, por um ano.

**Presidente da Mesa:** Está explicado. Vamos passar à votação. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade a proposta de contratação.

Passamos ao ponto sexto, Apreciação e aprovação de alteração à Tabela de Taxas e Preços. Todos tivemos acesso à proposta feita pelo Executivo, pelo que pergunto se alguém tem algum pedido de intervenção.

Passamos à votação da proposta de alteração à Tabela de Taxas e Preços. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada com sete (7) votos a favor (do PSD e do CDS), e seis (6) abstenções (do PS e da CDU).

Sétimo ponto, Apreciação e aprovação de alteração ao Regulamento Geral de Utilização e Funcionamento da Piscina Municipal do Restelo.

Temos aqui a proposta de regulamento. Pergunto se há algum pedido de intervenção. Não sendo o caso, vamos votar. Ana Maria Coelho, do Partido Socialista.

**Ana Coelho (PS):** Ora bem, só uma pequena nota relativamente à forma como a proposta é apresentada: portanto, junto com a proposta – aqui nas cópias não se vê, mas na documentação que recebemos primeiro é visível que há partes do texto que estão marcadas a vermelho. Depreende-se que sejam as alterações

propostas. Portanto, eu acho que seria importante clarificar, para que se perceba por que é que está assinalado a vermelho. Portanto, acho que essa informação devia de constar; é só por uma questão de formalismo, mas que esclarece e ajuda a perceber melhor o que é que se passa.

Depois, na parte final, existe aí uma série de justificações, no fundo, a explicar ??? as alterações propostas, e que nas páginas finais são dadas as justificações para as alterações que são feitas.

Agora, relativamente a questões, digamos, mais de pormenor, portanto, no art.º 14.º, ponto 2, é referida uma ficha de candidatura para a utilização dos espaços, mas essa ficha não consta do regulamento. Eu pergunto se ela não devia estar anexa.

Depois, no ponto 4 do mesmo artigo – pelo menos foi o que eu depreendi da leitura que fiz – há um parágrafo em que é referido que era dada prioridade às atividades ligadas à freguesia para a utilização do espaço. E o que eu consegui perceber é que essa prioridade, essa possibilidade vai ser retirada. Só queria que confirmasse. É o n.º 4 do art.º 14.º, exatamente.

Agora, uma situação que eu não sei se percebi bem, mas que me parece mais crítica, e que vem referida no art.º 49.º, que é a ausência de plano de evacuação, que creio que nas próprias justificações que depois vêm à frente, é confirmado, efetivamente, que não existe um plano de evacuação da piscina, algo que é obrigatório por Lei. Portanto, eu pergunto se é realmente isto que aqui está escrito, e o que é que o Executivo tem que fazer para ultrapassar esta questão.

**Presidente da Mesa:** Muito bem. Eu vou passar a palavra ao Executivo, não sei se o Presidente da Junta de Freguesia quer explicar. Em relação ao art.º 14.º, n.º 4, de facto, é necessário clarificar se há alguma gralha, onde se diz “retirar”, ou se é mesmo para retirar, e se for o caso ??? eliminado.

**Rui Cordeiro (Vogal):** Muito boa noite. Rui Cordeiro, Vogal do Desporto.

Em primeiro lugar, em relação à questão do formalismo, nós tentámos fazer o mais concreto possível. A questão de vir numa cor diferente, e à frente a justificação, é sempre isso, sem prejuízo de haver aqui um debate que é sempre necessário, quisemos ser mais transparentes, e por isso, quisemos pôr aqui qual é que era a nossa ideia em relação a este regulamento. O regulamento não é perfeito – não sei se algum dia o Executivo conseguirá que seja perfeito, ou que seja próximo disso. Portanto, como disse, em relação ao formalismo, foi esse o nosso objetivo: foi transportar para aqui as ideias e as propostas ??? técnica da piscina.

Em relação às alterações, no caso da cedência, nós verificámos ao longo dos dois anos em que temos praticamente a gestão da piscina, que as atividades, se calhar, da freguesia não se candidatam, do ponto de vista de explorar as várias... ou seja, não há, da parte das instituições da freguesia, uma ocupação de vagas. Portanto, entendemos fazer ao contrário, permitindo a todas as outras que

possam candidatar-se por ordem de chegada, porque se nós estivéssemos à espera que as instituições da freguesia se candidatassem, às tantas, as outras instituições que se queriam candidatar não o podiam fazer, porque estava vedado esse acesso. Assim, o que fazemos é: abrem as candidaturas, por ordem de chegada inscrevem-se, e será esse o critério que adotámos. Tínhamos que adotar algum critério, e adotámos este.

Em relação ao plano de evacuação: de facto, não há, e vamos trabalhar nesse sentido, para que o plano de evacuação seja, de facto, planificado e seja exposto na piscina, como é regulamentar.

**Presidente da Mesa:** Margarida Cabral, PSD.

**Margarida Cabral (PSD):** Margarida Cabral.

Eu não sei se é preciso – ou seja, eu não acho que o que aqui está escrito seja que temos que estar à espera que haja entidades da freguesia que se candidatem; o que isto significa é que se se candidatarem, em igualdade de circunstâncias, uma da freguesia e uma de fora da freguesia, tem prioridade a da freguesia. E parece-me que era útil que continuasse aqui, porque pode sempre aparecer alguém, e depois pode o Executivo querer mesmo dar prioridade à da freguesia, e não vai ter como. E portanto, se calhar era melhor ter essa salvaguarda, porque é sobretudo para privilegiar as associações da freguesia, o que é obrigação do Executivo, e obrigação da Freguesia de Belém. Portanto, acho que, se calhar, era melhor ficar lá essa situação.

**Presidente da Mesa:** Nesse caso, eu interpreto a anuência das várias Bancadas como uma aceitação de que o Executivo faça uma proposta de alteração aqui à proposta que formulou. Isto é, na proposta que formulou, no art.º 14.º, aparecia “retirar”. A Junta de Freguesia retira o “retirar”. Mas, julgo que há outras questões que foram levantadas, nas quais a Ana Coelho gostaria de insistir.

**Ana Coelho (PS):** Sim, eu não sei se... como não é muito extenso, vou ler o que está escrito no art.º 49.º, com o título “Instruções de segurança e plano de evacuação da instalação”: “As instruções de segurança e o plano de evacuação da instalação enquadra-se na Legislação em vigor nesta matéria e consta de um plano de segurança e de evacuação afixado de forma resumida, acessível e de fácil apreensão por todos os utentes, podendo o texto integral...” (que não temos) “...ser disponibilizado para consulta a quem o solicitar.” Portanto, este parágrafo diz o que tem de ser feito.

**Presidente da Mesa:** Dou a palavra novamente à Junta de Freguesia, para explicitar qual é a sua proposta em relação a este artigo.

**Rui Cordeiro (Vogal):** Aceitamos a sugestão, em relação ao artigo ???.

**Presidente da Mesa:** Penso que podemos passar à votação. Fica sem a referência ao “não teve”. Vamos passar à votação. Quem vota a favor? Quem

vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade a proposta de aprovação do regulamento de utilização da piscina.

Vamos agora à Ratificação de Protocolos. Vamos, então, colocar à votação, discussão e aprovação, a ratificação dos três contratos: Contrato de Delegação de Competências para recuperação e adaptação da praça central do Terreiro das Missas; Protocolo de Colaboração com o Município de Lisboa relativo às Atividades de Animação e Apoio à Família 2015-2016; Protocolo de Colaboração com o Município de Lisboa relativo à Componente de Apoio à Família 2015-2016.

Estão à discussão os três pontos, as três alíneas em simultâneo. Não sei se há algum pedido de intervenção. Teresa Almeida e Isabel Lourenço.

**Teresa Almeida (PS):** Eu queria também aqui, se possível, uns esclarecimentos relativamente a esta questão do Terreiro das Missas. Na Assembleia de Freguesia de junho, se não me engano, falámos sobre um projeto ambicioso que a freguesia tinha para animação daquele espaço, falou-se na Praia do Restelo, ou Praia de Belém, e depois, por razões várias, não era possível concretizar, e o projeto foi adiado – não sabemos se definitivamente, ou se é para ser retomado no próximo verão, com alguma proposta concreta que a Junta de Freguesia aqui traga. Ora, lendo este projeto, esta proposta, que é feita em conjunto com a Câmara, constatámos que o que se propõe aqui é praticamente repor, com mais solidez, o pavimento que existe no local, e vedá-lo de uma forma que possa impedir outra acessibilidade a veículos ????. Ora, o que nos parece é que se perde uma oportunidade de infraestruturar o local, para poder dotar, inclusivamente com questões de abastecimento de água e de luz, aquele espaço. Isto é o que eu depreendo, porque não é referido aqui nada em termos de infraestruturas; é referida apenas uma consolidação do pavimento, aproveitamento ao máximo da calçada existente, e a vedação. Ora, isto representa um certo investimento, há uma participação da Junta e da Câmara, mas temos receio que depois, mais tarde, se for necessário colocar as infraestruturas, vamos destruir ou abrir valas para essa componente. Portanto, aquilo que eu gostava de perceber é se, de facto, é de todo dispensável qualquer tipo de infraestruturas no local, e portanto, é apenas repor aquele pavimento, protegê-lo e dar-lhe uma solidez diferente, ou havendo intenção de poder haver outro tipo de utilização – e com certeza que a Junta de Freguesia tem pensado, o que é que pensa, no futuro, poder acontecer no local – se não era nesta fase (refazendo o projeto, se for caso disso), de ter já as componentes que permitam outro tipo de atividade. Era só essa questão que eu gostava de perceber.

Relativamente aos outros dois pontos – e ao Sr. Presidente da Assembleia também quase parecia que era a mesma coisa – também pedia uma explicação relativamente a este acordo de parceria, relativamente à Animação, e o acordo com a Câmara relativamente apenas ao Apoio à Família. Portanto, as duas questões: o que é que faz uma entidade, o que é que faz a outra, e se este protocolo com o Centro Paroquial de Santa Maria de Belém, se não é também uma forma de evitar a contratação – portanto, acaba por ser feito através de uma outra entidade. Apenas gostava que me pudesse dar esta explicação, se possível.

Muito obrigada.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado. Isabel Lourenço, da CDU.

**Isabel Lourenço (PCP):** Em relação ao Terreiro das Missas, que parece ser um projeto em andamento, mas nunca muito bem definido, ou explicado, tenho algumas preocupações, nomeadamente aquilo que foi levantado pelo Sr. Presidente mesmo há pouco, que é a situação de grande dificuldade das transferências da parte da Câmara, das verbas das transferências, em que há pouco referiu que havia mais de quatrocentos mil euros (400.000€) ainda para receber. Esta intervenção no Terreiro das Missas orça cento e quarenta e sete mil euros (147.000€), dos quais apenas cinquenta mil (50.000€) vêm por parte das transferências, e depois inscreve-se ainda este mesmo projeto no art.º 12 da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que tem a ver com a manutenção e conservação de pavimentos pedonais em espaço público, que faz parte das competências transferidas para as Juntas de Freguesia. Ora, eu tenho grandes dúvidas que se a Junta de Freguesia, com senhores a trabalhar oito horas por dia para manter os pavimentos pedonais existentes, e não o consegue fazer, ter mais um equipamento para fazer, não estou muito bem a ver como é que isso vai ser possível.

Em relação a este projeto, acho que carece, mais uma vez, de alguma maturidade de análise e de preparação – como referiu a Teresa Almeida, e muito bem, a instalação elétrica, a instalação de água. Acho que se deveria, de facto, preparar melhor esta proposta, analisar melhor quais, realmente, os eventos que querem realizar ali, o tipo de eventos, e o que é que é necessário fazer para não se estar constantemente a alterar equipamento a meio de mandatos, etc. Portanto, acho que esta proposta deve ser reanalisada.

Em relação ao Ponto 8 em geral, também espero que não seja votado em conjunto, que seja votado separadamente.

Obrigada.

**Presidente da Mesa:** Sim, vamos votar em separado. De qualquer maneira, eu terei que dar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, para poder clarificar estas questões, sendo certo que percebi que há uma proposta para adiamento, mas essa é matéria que compete à Junta de Freguesia, saber se quer manter o ponto ou retirar para ser ajustado.

Dou a palavra ao Presidente da Junta.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quanto a esse contrato de delegação de competências que fizemos com a Câmara para a recuperação e adaptação da praça central do Terreiro das Missas, repito, é o primeiro que estamos a fazer com a Câmara, ainda não fizemos mais nenhuma delegação de competências neste momento, não conseguimos ainda, ao contrário de muitas Juntas, que já têm muito mais contratos de delegação de

competências, mas nós ainda não conseguimos que fizessem em mais situações. Mas, obviamente, estamos a tentar que algumas das verbas que a Câmara nos está a dever, como já não pode ser feita por Lei, que seja feita através deste processo de delegação de competências. Mas, neste caso concreto, foi possível, e conseguimos cinquenta mil (50.000€) da Câmara porque isto foi, na prática, uma verba que a Câmara conseguiu reunir por duas grandes iniciativas que fez lá, aqui há uns tempos, e que conseguiu ganhar estas verbas, com a utilização daquele espaço por entidades privadas. Então, a Câmara disponibilizou-se a fazer, e muito bem, connosco, esta delegação de competências, para ficarmos com estas verbas, para ajudar à recuperação do espaço, porque o espaço foi-nos dado francamente danificado. Como já lhes referi, há algum tempo, na altura, uma ação que foi feita lá, que o Vereador Sá Fernandes pôs lá no terreno, que era dos dinossauros, e que só agora inauguraram aquilo. Portanto, isso é um prejuízo que passa de cinquenta mil euros (50.000€). E neste momento, ainda hoje – até parece que isto é por acaso – ainda hoje falou comigo o Arq.<sup>o</sup> Sá Machado, da Câmara Municipal de Lisboa, Diretor da Unidade de Intervenção Territorial, a dizer que já tinha um projeto praticamente feito, que a Câmara já tinha um projeto – aliás, já tinha o projeto feito, mas eles só queriam clarificar comigo, só para dizer: “Atenção, o projeto é apenas para a consolidação do terreno e para o plano das águas”, para não se fazer mais nada, porque senão, se fossemos para a eletricidade, e por aí fora, ia demorar muito mais tempo. Pronto. E o que combinámos, o que eu falei com ele, sim, em princípio é isso, vamos consolidar o solo – que é uma obra, aliás, muito grande naquele sítio, que lá em baixo não tem condições para ter em cima veículos de grandes dimensões. Aquilo vai ter que ser tudo escavado, tudo arranjado, consolidado – enfim, em termos técnicos, em termos arquitetónicos, ??? do projeto, para aquilo, de facto, aguentar qualquer estrutura em cima, depois, quando houver iniciativas ali, para depois podermos alugar o espaço, e termos receitas que ajudem depois a custear as despesas que vamos ter com a reabilitação. Eventualmente vamos ter que avançar com o dinheiro, e fazemos a receita depois. Muito sinceramente, estamos a pensar eventualmente começar já com aquilo, com a obra, aproveitando estes cinquenta mil euros (50.000€), também mais algum dinheiro que nós tenhamos, para depois, mais tarde, com o aluguer, podermos, face a este investimento, conseguirmos reunir essas verbas para, enfim, custearmos o dinheiro que gastamos agora.

De qualquer forma, este plano, segundo o esquema do projeto, que vai iniciar-se em breve, já está pronto – isto até parece que sabiam que havia esta Assembleia, mas nem sabiam que tínhamos hoje Assembleia de Freguesia, mas, realmente, hoje telefonou-me a dizer isso, que já tinha praticamente feito, e só está previsto o plano de águas; não está nada para eletricidade. Eletricidade, é aquilo que lá temos. Sim, sim, plano de águas. Sra. Arquiteta, não, de facto, isso ainda é uma coisa que vamos esclarecer melhor com o Arq.<sup>o</sup> Sá Machado, que hoje está a decorrer uma reunião, muito em geral, mas, de facto, ali há alguns pontos de água, não sei se é suficiente, e também de luz. O que é que eu quero ver com ele? Porque temos que pensar, para o caso de haver ali, e é um sítio em que pode haver um grande evento, se aquilo tem capacidade, ou não, para aguentar, quer a luz, quer o abastecimento de água. E isso, temos de pensar já, para não estarmos a escavar outra vez depois. Pronto, ainda bem que me alertou para isso. Pronto, ??? de facto, está pensado ??? exatamente, para o abastecimento.

Mas, aquilo tem água ali perto também; agora, não sei, tenho que ir ver lá com eles, com os técnicos, os arquitetos, para ver se, realmente, é suficiente, ou não. Mas, acho que temos que pensar nisso, de facto, haver água e energia, para o caso de haver grandes eventos. Pronto, é isso.

Agora, não está dependente da questão da Praia Urbana, entre aspas, Praia de Belém, que é uma zona de lazer naquela zona. Pronto, é isso.

Muito obrigado. Vou passar aqui à minha colega, sobre a parte da educação, se faz favor.

**Helena Lencastre (Vogal):** Boa noite a todos. Helena Lencastre, Vogal da Educação.

Em relação às diferenças entre CAF e AAAF, os protocolos são para o 1.º ciclo, ou para o jardim de infância. Quando é para o 1.º ciclo, é Componente de Apoio à Família; quando é para o jardim de infância, são Atividades de Animação e Apoio à Família – chamam-se CAF e AAAF. Portanto, são dois protocolos que fizemos, que estavam agendados para a Assembleia de Freguesia de setembro, mas que tiveram de ser retirados da ordem de trabalhos, porque os protocolos que tinham vindo da Câmara foram retirados, porque estavam mal os artigos, e tiveram de ser retificados, e por isso vêm hoje a ratificação.

Depois, tem também um acordo de parceria. Na sequência destes protocolos, fizemos um acordo – que já tinha sido feito o anterior com ??? também – e é, realmente, na contratação de pessoal, nós não podemos contratar, e portanto, fizemos um acordo. Estes protocolos são para monitores e executores das atividades, alguns são executores ??? escolas, e por isso também nos ajudam na contratação. Está aqui um protocolo que também hoje foi retificado no português, porque este protocolo é o que estava aí, houve uma folha nova que entregámos hoje (acho que foi entregue a toda a gente), que estava aí por cima, porque faltava lá ??? e tinha algumas gralhas de português: era Jardim de Infância de Pedrouços, e passou a ser Jardim de Infância de Belém neste ano letivo, que é aqui atrás nas instalações. E portanto, houve aqui umas pequenas alterações, que teve de ser retificado. Os termos são os mesmos, só que havia nomes que não estavam corretos, e teve que ser posto aqui no documento que não estava correto, e pedimos para vos entregar um novo documento. Veio hoje porque este protocolo com a Câmara também só foi feito agora, e portanto, foi retirado, e posto hoje para trazermos tudo, e ser aprovado hoje. Apesar de ser do início do ano letivo, mas a das AEC's também ??? na próxima reunião, e portanto, só vai sair ???.

**Teresa Almeida (PS):** Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Portanto, há um protocolo de colaboração entre a Câmara e a Junta de Freguesia, para as duas situações, AAAF e CAF, com a Câmara Municipal. E depois, na sequência desse protocolo, há um acordo de parceria para determinadas ações serem feitas através do Centro Paroquial. Quer dizer, a base é este protocolo de colaboração com a Câmara Municipal.

**Presidente da Mesa:** Assim será impossível depois, na gravação, perceber quem disse o quê. Portanto, ouvimos a D. Teresa Almeida, do Partido Socialista. Dou novamente a palavra à Junta de Freguesia.

**Helena Lencastre (Vogal):** Helena Lencastre.

Os protocolos, o 8.2 e o 8.3, são estes protocolos com a Câmara. Certo? O 8.2 e o 8.3 são aqueles em que tinha dúvidas, sobre o que é que era a CAF e a AAAF, e portanto, são os protocolos com a Câmara. Depois, para dar sequência, há um protocolo ??? entidade, que é para a execução...

**Presidente da Mesa:** O Ponto 10 materializa o protocolo para as Atividades de Animação e Apoio à Família 2015-2016. Penso que a discussão foi útil para clarificar e para esclarecer.

Vamos passar à votação. Vamos votar em separado. O primeiro ponto, sobre o Contrato de Delegação de Competências, entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, para recuperação e adaptação da praça central do Terreiro das Missas. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, com sete (7) votos a favor, e seis (6) abstenções – votos a favor do PSD e do CDS, abstenções do PS e da CDU.

Votação do Ponto 8.2, Protocolo de Colaboração com o Município de Lisboa relativo às Atividades de Animação e Apoio à Família 2015-2016. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Protocolo de Colaboração com o Município de Lisboa relativo à Componente de Apoio à Família 2015-2016. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 9, Apreciação e ratificação de protocolo com o IPAV.

Pergunto se existe algum pedido de intervenção. Não sendo o caso, passamos à votação. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 10 – que já foi apreciado, mas temos que o aprovar formalmente – o protocolo a celebrar com o Centro Paroquial de Assistência da Freguesia de Santa Maria de Belém, que se refere às matérias discutidas no Ponto 8.

Não existe nenhum pedido de intervenção? Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 11, Apreciação e aprovação de protocolo a celebrar com a Cruz Vermelha Portuguesa. Não sei se há alguma intervenção. Não sendo o caso, quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 12, Apreciação e aprovação de acordo com Luís Camilo Alves.

Alguém quer intervir? Teresa Almeida, do Partido Socialista.

**Teresa Almeida (PS):** Nós gostávamos também de ter aqui algumas explicações relativamente a porquê este senhor, por que é que é feito este acordo de parceria com o Sr. Luís Camilo Alves. Fala-se num carácter temporário, mas visto que ele vai fazer algumas atividades de forma graciosa, e em contrapartida, esta possível ocupação do moinho, mas não está aqui qual é a regularidade, quais são os *workshops* ou as iniciativas, quantas é que vão ser feitas. Ele fica, de certa maneira, à disposição da Junta para criar elementos gráficos, mas também sem nenhum carácter, enfim, mais específico relativamente a este tipo de solicitações. São-lhe criadas algumas obrigações, mas também é dito que, de um momento para o outro, com trinta dias de antecedência, ele poderá ser desalojado. Portanto, parece-me que há aqui uma certa indefinição. Há aqui alguém, com certeza, que se disponibilizou – e queríamos saber por que este senhor e não outro, e como é que ele faz este tipo de contrapartidas, com que regularidade, com que âmbito, com que abrangência – supostamente são gratuitas, mas não sabemos as especificações e a regularidade com que estas contrapartidas devem poder acontecer.

**Presidente da Mesa:** Mais algum pedido de intervenção? Então, para responder, dou a palavra à Junta de Freguesia.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado.

Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, esta proposta, que foi aprovada em Executivo e vem aqui para ratificação, é este acordo de parceria com um artista, pintor, *designer* da nossa freguesia, que é um artista já com algum nome feito, mais até como pintor, mas que desde a primeira hora também nos tem ajudado, de forma *pro bono*, aqui em algumas situações, nomeadamente no brasão, no estandarte, na bandeira da nossa freguesia. Foi ele que nos deu uma grande ajuda nesse aspeto, e de facto, tem tido uma certa apetência também, por outro lado, por este setor de atividade, de gente reformada, e não só, como se pode ver aqui até pelas aulas de pintura, quer aqui no Centro Social – pintura em tela – quer na nossa Junta de Freguesia, lá em baixo, pintura de cerâmica. E realmente, as aulas estão cheias. E quando fomos confrontados com esta pessoa, que nos tem ajudado em várias situações, e está neste momento – posso-lhe adiantar também – está neste momento a ajudar-nos também, de forma *pro bono*, a elaborarmos a nossa Medalha e um Colar de Honra, de ouro, da Freguesia de Belém. Era uma coisa que nos faltava, para darmos honrarias a quem entendermos ??? da nossa freguesia, e isso está a ser feito neste momento. Posso dizer que esta pessoa também nos acompanhou na visita da Missão da Geórgia, aqui a Belém, para saber como é que decorreu todo este processo da nossa heráldica.

E, de facto, o que se passava é que nós temos um parque magnífico, que são os Moinhos de Santana, que tem dois moinhos, que estamos a recuperá-los o melhor possível, com calma, visto que envolve verbas avultadas, mas esperamos,

num futuro breve, tê-los praticamente reabilitados. E achamos que essa reabilitação é positiva se estiverem a ser utilizados no dia a dia, e achamos que é muito bonito ter lá mais um polo cultural das nossas atividades, a funcionar naquele sítio, temos uma pessoa disponível para isso, ele está lá a pintar, tem uma vista magnífica, e aproveita também para explicar às pessoas que lá vão passando, como é que é, como é que não é, e também para fazer algumas atividades que nós queiramos, e ele está disponível para apoiar as pessoas nesse campo. Portanto, vimos que havia essa intenção, da nossa parte e dele, e foi na sequência, enfim, de uma proposta que ele nos fez, que nós achámos por bem aproveitar os moinhos, mas sem prejudicarmos nada do que... se tivermos entretanto uma atividade melhor para um desses moinhos, a qualquer momento, enfim, com trinta dias, uma cartinha dirigida a ele ??? imediatamente. Até lá, acho que é um ótimo serviço que prestamos à população, que pode ter mais um local onde pode estar a fazer pinturas e a vê-lo pintar, num dos sítios mais bonitos da freguesia, uma vista fantástica. E foi por isso que fizemos esta proposta.

Obrigado.

**Presidente da Mesa:** Margarida Cabral, PSD.

**Margarida Cabral (PSD):** Margarida Cabral, PSD.

Eu aqui tendo a concordar, porque eu acho que era preciso regulamentar um bocadinho a forma como ele vai pôr o moinho à disposição das pessoas, até porque pode haver outros interessados também nisto – quer dizer, eu acho que aqui a Junta deveria ter um pouco de cuidado, e não dar um direito, mesmo que muito precário, a uma pessoa que se mostrou interessada, sem dar a possibilidade a outros. E no mínimo, acho que era preciso regulamentar, e não aprovarmos isso sem saber exatamente o que é que ele vai fazer pela população, porque senão isso é, de facto, dar a alguém o direito de estar aqui, estar com uma vista magnífica, que eu acho que haveria muita gente que era capaz de gostar – eu não sei pintar, mas gostava de estar, se calhar, para outras coisas. Acho que é preciso ter um bocadinho... é só por uma questão de prudência, mais para a Junta não ser depois... Acho que aqui nestas coisas, convém sempre ser muito prudente.

**Presidente da Mesa:** Teresa Almeida.

**Teresa Almeida (PS):** Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Eu ia concluir exatamente no mesmo sentido: nós não podemos concordar que um bem público, uma propriedade que é de todos, que possa, por muita estima ou valia que este pintor possa ter por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, acho que tem que ser dada a oportunidade de ser usufruído por quem apresentar melhores condições, porque estamos a falar de um bem público, e não de uma propriedade privada da Junta de Freguesia. Eu acho que devia haver – corroboro inteiramente a proposta da Dra. Margarida, de haver um regulamento, e haver uma oportunidade de candidatura, e depois uma entrega, um anúncio.

**Presidente da Mesa:** Isabel Lourenço.

**Isabel Lourenço (PCP):** Eu acho que se devia aproveitar esta oportunidade – porque, de facto, os moinhos, há interessados, e já houve em tempos idos (muito idos) atividades lá, e até muito interessantes, mas neste momento não há nada. Acho que é louvável a intenção de que se faça alguma coisa, e que possa servir a população, mas acho que deveria carecer, e devíamos aproveitar esta oportunidade, a Junta de Freguesia, de fazer um plano de atividades e um regulamento para os moinhos, e quais os objetivos que se pretendem para os moinhos – para os dois, já agora, tendo em conta que o outro também está fechado.

**Presidente da Mesa:** Antes do Presidente da Junta de Freguesia, Helena Dias Ramalho, do PSD.

**Helena Ramalho (PSD):** Eu acho que um concurso de ideias, por exemplo, ou de alguma forma... eu sei, por exemplo, tal como a Câmara, também tem ??? aos artistas. Talvez seja nessa perspetiva que vocês pensaram um pouco. Pois, mas há concurso, e se calhar... eu não digo que se fizesse um concurso aberto, mas pelo menos com umas condições que, de alguma forma, fosse mais claro o que é que ele vai dar, o que é que vai fazer, sei lá... digo eu, talvez pudesse ser uma espécie... que ele pudesse assinar um protocolo, ou uma coisa idêntica. Estava a tentar lembrar-me, como é no património, como era antigamente, como eu trabalhei lá, uns protocolos de cedência, uma coisa desse tipo, um contrato que de alguma forma o obrigasse, mas há a questão de que não foi posto, não ??? a outros, porque pode haver interessados. Aí é que é, realmente, muito mais complicado. Talvez tentar um concurso de ideias, pode haver outras ideias mais interessantes. Digo eu, não sei, é uma sugestão.

Obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito bem. Eu vou dar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, mas eu julgo que existe uma perceção geral positiva quanto à ideia de se poder aproveitar os moinhos, mas que provavelmente este protocolo não está em linha com todas as normas de natureza jurídica, como seria necessário. Eu pergunto ao Presidente da Junta de Freguesia se quer, mesmo assim, manter a votação, ou se pretende retirar o ponto para poder mudar o protocolo, seja numa modalidade que é manter esta proposta de colaboração com este cidadão, mas densificando mais as regras relativamente à sua utilização, ou num outro contexto, que é o de abrir a possibilidade a outras pessoas para atividades do mesmo género. Eu penso que a discussão não foi clara quanto a isto, houve uma divergência, uma diferença relativamente às várias opções. Agora, terá o Presidente da Junta de Freguesia, penso eu, um campo maior de reflexão sobre o tema, a tempo da próxima reunião, mas não posso de modo algum interpretar aquilo que o Presidente da Junta de Freguesia e o Executivo quer fazer.

Passo-lhe a palavra.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado aos Srs. Membros da Assembleia de Freguesia.

Longe de mim estar a criar uma ilegalidade, era só mais o que me faltava. E eu aí não tenho quaisquer complexos em dizer que assumo isto, enfim, com toda a convicção, porque é um projeto muito importante para a freguesia. E digo isto com toda a convicção, porque um acordo, um bom acordo é um acordo que tem benefícios para ambas as partes, e a freguesia tem a beneficiar com isto. Percebo que é uma competência do Executivo, e que tem que ser ratificada pela Assembleia, e que é órgão Assembleia de Freguesia que tem que decidir isto. Mas, também tenho, graças a Deus, ??? democrática - ??? 25 de abril e o 25 de novembro ??? ser um homem livre para dizer que não concordo com as ideias, de uma forma geral, que foram expostas pelos membros da Assembleia, de todas as Bancadas. Mas, pronto, estamos em democracia, e eu, nesse aspeto, não tenho quaisquer complexos. Acho que é um bom acordo de parceria, fazermos com uma pessoa daqui da freguesia, que nos tem ajudado, e que nos vai continuar a ajudar, sem cobrar nada à freguesia. Primeiro, ??? nos termos da Lei n.º 75/2013, é uma atribuição ??? da freguesia, através dos seus órgãos próprios, se a Assembleia assim o entender. Não houve mais ninguém que nos tenha feito essa proposta. Mesmo que haja propostas positivas e melhores posteriormente, podemos a todo o momento, com trinta dias, fazer caducar esta atividade e pensar noutra proposta. Só que não temos mais nada na manga.

Portanto, neste momento, era positivo ir dinamizar um local fantástico que temos ali, que está sem nada, que ficava melhor porque estava a ser utilizado, era mais um polo cultural que tínhamos ali. Portanto, não vejo qualquer inconveniente, e gostava que me dissessem qual é, quer para nós, quer para outras pessoas. E de maneira que se entenderem que ele, por exemplo, pague uma renda, tudo bem, pode-se tentar que pague uma renda, como já existe em outras situações; mas, há aqui atividades que servem como contrapartida. E, de facto, para nós, termos lá uma pessoa ??? por aquele espaço, e que vão ??? ao nível das atividades, acho que era ??? fazermos as nossas atividades para dinamizar a cultura nesta freguesia. Não querem? Os senhores são soberanos, são a Assembleia de Freguesia. Nós propusemos, e sinto-me bem com a minha consciência. Eu propus isto; se a Assembleia não quiser, muito bem, não querem. Então, deem alternativas, digam o que é que querem fazer em alternativa, com certeza. Posso retirar isto, e depois fico à espera de propostas da Assembleia para aprovar isto, para ratificar esta situação.

E digo-lhe já, em termos de interesses, não tenho nenhum benefício pessoal com isto; apenas estou a pensar nos superiores interesses da freguesia. Acho que era uma ótima aposta no domínio cultural e de animação.

**Presidente da Mesa:** Sr. Presidente, deixe-me só interrompê-lo, que eu acho que interpretei, julgo que bem, o sentimento da Assembleia. Ninguém está a fazer qualquer tipo de processo de intenção – parece-me – em relação ao pintor em causa; pelo contrário, em nenhum momento se ouviu qualquer crítica à pessoa em causa. Julgo que toda a gente acha bem que o Parque dos Moinhos seja utilizado, ainda por cima para este tipo de atividades. Julgo que a única coisa que

ficou em aberto é a forma de garantir que este contrato respeita todas as regras de natureza legal e de natureza contratual. E portanto, deixe-me pedir-lhe – é a primeira vez que o faço ao longo deste tempo – deixe-me pedir-lhe que retire, Sr. Presidente, não o coloque à votação; eu tenho a certeza que se trouxer novamente à votação uma proposta deste género, mais densificada do ponto de vista das regras, que haverá um acolhimento, se não unânime, largamente maioritário. Se houver hoje uma votação, é uma votação que julgo que não preenche os requisitos de um consenso tão alargado quanto necessário. Se não levar a mal o meu atrevimento, eu pedia-lhe para que não forçasse a votação, porque esta votação feita num outro momento terá um resultado mais adequado àquilo que a Junta de Freguesia quer para aquele espaço.

E entretanto, convidava – se me permitem também – as várias Bancadas a, junto do Executivo, suscitar, encaminhar, informar, aconselhar sobre a melhor forma de concretizar este protocolo, e assim ganharmos aqui algum tempo. O Sr. Presidente concorda?

**Presidente do Executivo:** Concordo, retiro, mas continuo a dizer: é no âmbito ??? discricionários desta Assembleia ??? tomar uma decisão, e não há qualquer ilegalidade.

**Presidente da Mesa:** Está retirada, para aprofundamento e melhoria, para efeitos da próxima reunião.

Vamos para o Ponto n.º 13, Aprovação de doação de computadores à freguesia. São três computadores Compaq que aqui estão discriminados.

Eu penso que não há nenhuma intervenção. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Por fim, temos a Informação escrita do Presidente, de setembro a novembro de 2015. Pergunto se alguém tem alguma intervenção sobre este ponto. Teresa Almeida, do Partido Socialista.

**Teresa Almeida (PS):** Nós aguardamos com expectativa a introdução de alterações que o Sr. Presidente nos prometeu na última Assembleia de Freguesia, que a partir do próximo ano reformularia o tipo de informação escrita que nos traria aqui. Penso que esta continua na mesma linha das anteriores, mas, de facto, ainda não estamos em 2016, e portanto, aguardamos essa nova apresentação.

E apenas gostava de recordar – que com certeza estará presente nas intenções do Sr. Presidente – que a informação escrita do Sr. Presidente é a informação escrita que reflete toda a atividade do Executivo, não é só a atividade do Sr. Presidente. E portanto, aguardamos, que com certeza essa alteração também esteja visível nesta nova formulação que vai ter.

**Presidente do Executivo:** A respeito disso, tenho imensa pena de, desta vez, só ter doze fotografias no Boletim. Não consegui mais, e não é porque tenha trabalhado pouco, porque trabalhei imenso, mas não consegui mais do que doze.

**Presidente da Mesa:** Muito bem, damos por encerrada a reunião, mas temos de fazer a aprovação da ata em minuta. Eu posso lê-la, ou o Manuel Machado, se não se importa.

**Manuel Machado (2.º Secretário, PSD):** Manuel Machado, 2.º Secretário.

Ata em minuta:

*“Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foram apreciadas em Reunião Ordinária de 21 de dezembro de 2015 as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta.*

*Apreciação e aprovação da ata da reunião de 28/09/2015. Aprovada por unanimidade.*

*Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento, Norma de Execução Orçamental, GOP's – Plano de Atividades, PPI e PPA) e Mapa de Pessoal para 2016 (Proposta da Junta de Freguesia). Votados em separado: Plano de Atividades aprovado com sete votos a favor (PSD, CDS-PP), um voto contra (PCP), e cinco abstenções (PS); Orçamento aprovado com sete votos a favor (PSD, CDS-PP), um voto contra (PCP), cinco abstenções (PS); Norma de Execução Orçamental, aprovada com sete votos a favor (PSD, CDS-PP), um voto contra (PCP), cinco abstenções (PS); PPI e PPA, aprovados, com sete votos a favor (PSD, CDS-PP), um voto contra (PCP), e cinco abstenções (PS); Mapa de Pessoal, aprovado, com oito votos a favor (PSD, CDS-PP, PCP), zero votos contra, e cinco abstenções (PS).*

*Autorização para Contratação de Pessoal. Aprovado por unanimidade.*

*Apreciação e aprovação de alteração à Tabela de Taxas e Preços. Proposta da Junta de Freguesia aprovada com sete votos a favor (PSD, CDS-PP), zero votos contra, e seis abstenções (PS, PCP).*

*Apreciação e aprovação de alteração ao Regulamento Geral de Utilização e Funcionamento da Piscina Municipal do Restelo. Aprovado por unanimidade.*

*Ratificação de protocolos e contratos celebrados com o Município de Lisboa:*

*Contrato de Delegação de Competências para Recuperação e adaptação da praça central do Terreiro das Missas. Proposta da Junta de Freguesia aprovada com sete votos a favor (PSD, CDS-PP), zero votos contra, e seis abstenções (PS, PCP).*

*Ratificação do Protocolo de Colaboração com o Município de Lisboa relativo às Atividades de Animação e Apoio à Família 2015-2016. Proposta da Junta de Freguesia aprovada por unanimidade.*

*Ratificação de Protocolo de Colaboração com o Município de Lisboa relativo à Componente de Apoio à Família 2015-2016. Proposta da Junta de Freguesia aprovada por unanimidade.*

*Apreciação e ratificação de protocolo com o IPAV. Proposta da Junta de Freguesia aprovada por unanimidade.*

*Apreciação e aprovação de protocolo a celebrar com o Centro Paroquial de Assistência da Freguesia de Santa Maria de Belém. Proposta da Junta de Freguesia aprovada por unanimidade.*

*Apreciação e aprovação de protocolo a celebrar com a Cruz Vermelha Portuguesa. Proposta da Junta de Freguesia aprovada por unanimidade.*

*Apreciação e aprovação de acordo com Luís Camilo Alves. Proposta da Junta de Freguesia retirada.*

*Aprovação de doação de computadores à freguesia. Aprovado por unanimidade.*

*Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do supracitado Regime Jurídico das Autarquias Locais, eu, Manuel da Câmara Pestana Pedrosa Machado a lavrei.”*

**Presidente da Mesa:** Muito bem. Temos de votar. Não sei se é sobre este ponto. Então, vamos votar a ata em minuta. Quem vota a favor? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Tenho ainda um pedido de intervenção da Teresa Almeida, se faz favor.

**Teresa Almeida (PS):** É o seguinte, é um pedido de esclarecimento, que está a circular aqui pelos membros da Assembleia um pedido de subscrevermos aqui o resultado da aprovação do Orçamento, e isto nunca foi feito, e gostávamos de saber... enfim, estamos a assinar, mas de qualquer maneira, com alguma... porque não tem o resultado da votação, isto é um formulário. Era só para termos um esclarecimento relativamente ao documento que estamos a subscrever, e que parece que não aconteceu – ou pelo menos não temos essa ideia – no ano passado.

**Presidente da Mesa:** Julgo que se trata de um formulário novo...

**Luís Costa:** É uma minuta que agora passou a ser incluída nas contas, digamos, como minuta de aprovação das contas. Portanto, segundo informação que nos foi dada, isso passou a estar no *software* do Orçamento, e é um formulário que tem de ser preenchido, tipo uma minuta, de que o Orçamento foi aprovado, para se juntar ao Orçamento. Digamos que é uma folha de capa do Orçamento. Este

Orçamento depois tem de ficar disponível publicamente, e tem que se fazer um edital a dizer que o Orçamento foi aprovado, e estar disponível publicamente.

**Presidente da Mesa:** Portanto, esta minuta não funciona autonomamente sem a ata desta reunião, onde está discriminado o sentido de voto das várias Bancadas. Mas, asseguraremos que toda a informação que é prestada em relação a esta minuta tem em anexo sempre o resultado da votação das várias Bancadas nesta reunião.

**Luís Costa:** Isto, no fundo, é uma minuta de divulgação do Orçamento. Francamente, como isto apareceu assim de repente, também não fui averiguar a situação em concreto, mas depois irei informar. Mas, está no *software*, está indicado, e provavelmente vem na Lei aprovada no ano passado, e só se detetou agora. Portanto, no ano passado houve a revisão da Lei das Finanças Locais, e a Lei das Finanças Locais é que traz o enquadramento, digamos, do sistema de informação das contas. E portanto, estará aí, quase de certeza.

**Presidente da Mesa:** De qualquer maneira, eu assegurarei, ou que se coloque em anexo, de facto, a ata em minuta, onde está discriminado o sentido de voto, ou se inscreve aqui mesmo nesta minuta – eu acho que se pode inscrever nesta minuta o resultado da votação, penso que não há nenhum problema em incluir aqui uma nota no final (está assinado por todos), dizendo que foi aprovado com os votos a favor do PSD e do CDS-PP (sete), os votos contra do PCP, e abstenções, cinco abstenções do Partido Socialista. Portanto, eu vou incluir como nota de rodapé. Espero que isso não inutilize este formulário, mas para todos se sentirem mais confortáveis, eu colocarei isto aqui em nota.

Está concluída a nossa reunião. Eu gostava de desejar a todos um bom natal, um bom ano.

Está encerrada a nossa Assembleia de Freguesia.